



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

<b>CONJUNTA - LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / EDUCAÇÃO E CULTURA / DIREITOS HUMANOS</b>		
EVENTO: Seminário	Nº: 1161/10	DATA: 23/11/2010
INÍCIO: 13h49min	TÉRMINO: 18h40min	DURAÇÃO: 04h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h51min	PÁGINAS: 96	QUARTOS: 59

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

ANDRÉ LÁZARO - Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.  
DIRCEU BARTOLOMEU GRECO - Diretor do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde.  
YONE LINDGREN - Coordenadora da Política Nacional da Associação Brasileira de Lésbicas.  
JOVANNA BABY - Presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA.  
TONI REIS - Presidente da ABGLT.  
CARLOS LAUDARI - Diretor da Pathfinder do Brasil.  
LENA FRANCO - Representante da ONG ECOS – Comunicação em Sexualidade.  
TALITA VICTOR - Representante da Assembléia Popular e servidora pública.  
CRISTOVAM MENDONÇA - Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Espírito Santo – SINDIUPES.  
JEAN CARLOS DE JESUS - Professor da Rede Estadual no Espírito Santo na cidade de Serra, região metropolitana de Vitória.  
ANTONIO LOPES - Coordenador do curso Gênero e Diversidade na Escola, da Rede de Educação para a Diversidade, financiado pela SECAD-MEC, e professor da Universidade Federal do Espírito Santo.  
LUIZ PIRES - Membro do Grupo de Pesquisas da PUC de São Paulo e professor do ensino fundamental e médio de Filosofia.  
MARINEIDE FIGUEIRÓ - Docente da Universidade Estadual de Londrina.  
EVALDO AMORIM - Presidente do Grupo Elos LGBT do Distrito Federal e Entorno.  
JEAN WYLLYS - Jornalista, Deputado Federal eleito.  
INDIANARA SIQUEIRA - Representante da REDTRANS Brasil, Secretaria da Região Sudeste  
CACAU FERREIRA - Representante do Governo do Rio de Janeiro.  
MARCO TRAJANO - Presidente da Associação Brasileira de Gays – ABRAGAY.  
FERNANDA BENVENUTTY - Presidente-fundadora da Associação dos Travestis da Paraíba (ASTRAPA) e vice-presidente da Articulação Nacional dos Transgêneros (ANTRA).  
JULIO MOREIRA - Presidente do Grupo Arco-Íris, do Rio de Janeiro.  
ALEXANDRE BORTOLINI - Coordenador do projeto Diversidade Sexual na Escola, da UFRJ.  
SARGENTO REGINA - Vereadora.  
RODRIGO DE OLIVEIRA JÚNIOR - Representante do Ministério da Educação.

SUMÁRIO: Seminário *Escola sem Homofobia*.

OBSERVAÇÕES

Seminário promovido pela Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.  
Há oradores não identificados.  
Houve exibição de imagens.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Há termo ininteligível.  
Entrega do prêmio Educando para a Diversidade Sexual.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Boa tarde a todos.

Agradeço a todos e a todas a presença e declaro aberto o Seminário *Escola sem Homofobia*.

Este seminário é promovido pela Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Educação e Cultura da Casa, em atendimento à Sugestão 227, de 2010, da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais — ABGLT; ao Requerimento nº 133, de 2010, desta Presidência, pela Comissão de Legislação Participativa; ao Requerimento nº 62, de 2010, da Deputada Iriny Lopes, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias; e ao Requerimento nº 330, de 2010, do Deputado Iran Barbosa e da Deputada Fátima Bezerra, pela Comissão de Educação e Cultura.

Fiquemos todos em pé para a execução do Hino Nacional pela cantora Jane Di Castro. *(Pausa.)*

*(É executado o Hino Nacional. Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Agradeço a Jane Di Castro a interpretação do Hino Nacional.

Convido para compor a Mesa dos trabalhos os colegas Parlamentares. À que medida que forem chegando, serão citados e convidados.

Quero destacar a presença da ilustre Deputada Fátima Bezerra, Coordenadora da Frente Parlamentar da Cidadania LGBT. *(Palmas.)*

Saúdo também o nobre e ilustre colega Parlamentar, corajoso militante dos direitos humanos no Estado da Paraíba, Padre Luiz Couto.

Convido para compor a Mesa o Dr. Pedro Chequer, Coordenador no Brasil do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS; o Dr. Dirceu Greco, Diretor do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde; a Sra. Yone Lindgren, Coordenadora da Política Nacional da Associação Brasileira de Lésbicas — ABL *(palmas)*; a Sra. Jovanna Baby, Presidenta da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros — ANTRA *(palmas)*; e o Sr. Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais — ABGLT. *(Palmas.)*

Está tudo o.k. aí? *(Pausa.)*



No momento em que fazemos a abertura deste seminário, quero, em primeiro lugar, cumprimentar mais uma vez a todos e a todas e dizer que para nós é uma honra muito grande, é uma satisfação enorme podermos ser parceiros das entidades presentes e representadas nesta iniciativa.

Entendo que esse tema é extremamente atual e que certamente o Parlamento é o espaço fundamental para que possamos, de maneira constante e permanente, debater e refletir a respeito dele, especialmente no caso mais específico de hoje, Toni, a questão da homofobia na escola.

E por que isso? Em primeiro lugar, porque convivemos durante muito tempo com uma ideia que alguns autores dizem encantada, outros dizem redentora, de que a escola por si só, ou o acesso à educação por si só, seria capaz de transformar a sociedade, como se não fosse a escola um espaço de construção e reprodução de práticas e valores com os quais nos deparamos diariamente na sociedade. Uma sociedade excludente, uma sociedade discriminatória naturalmente vai construir e ter também uma escola que conviva com esses valores.

Muitas vezes, vemos que uma escola é considerada melhor ou pior tendo como único indicador a capacidade de aprendizado do aluno no Português, na Matemática. É evidente que a questão dos conteúdos é fundamental para a escola, mas certamente a escola não pode se resumir a isso. Precisamos construir uma escola que seja capaz de pensar cidadania de maneira plena. E que, além da questão dos conteúdos, possa ser também o espaço onde se exercite a diversidade, a tolerância, o convívio com a diferença e a afirmação da ideia de que todos precisamos ser respeitados pela nossa individualidade, pela nossa diferença, pela nossa singularidade.

A escola, muitas vezes, mais até do que outros espaços, acaba sendo o espaço da reprodução da ideia da normalidade, do aluno estranho, do aluno pervertido.

Analisando alguns trabalhos, fiquei bastante impressionado com os resultados de pesquisas que mostram percentuais altíssimos de pais e de mães — nem falo de alunos, porque muitas vezes estamos convivendo aqui com crianças e adolescentes que estão formando a sua personalidade e os seus valores — que se manifestam



nas pesquisas dizendo que não querem que o filho tenha, em sala de aula, um colega ou uma colega homossexual. Isso reproduz uma lógica, uma cultura.

Esses dados de trabalhos acadêmicos que têm sido produzidos são extremamente reveladores e devem servir como balizadores de políticas públicas corajosas e ousadas que precisamos desenvolver neste País.

Então, não é demais afirmar que hoje, neste País, certamente, milhares de crianças e adolescentes, de jovens, estão sendo submetidos a uma prática de violência, de exclusão, de discriminação dentro das escolas, sem que tenhamos a capacidade adequada de reação e de construção de políticas públicas que possam enfrentar esse tema.

Evidentemente, estamos tratando de uma temática que ainda é bastante recente se pensarmos do ponto de vista de protocolos internacionais e mesmo de abordagens da Organização Mundial da Saúde a respeito da matéria.

Nunca é demais lembrarmos que foram muito fortes, até pelo menos o final da década de 70 e o início da década de 80, os movimentos que tinham por finalidade afirmar a questão da igualdade. Da igualdade do acesso à política, ao mercado, ao salário. Durante muito tempo, a tônica da igualdade foi um dos conceitos fundamentais, especialmente para aqueles que lutam por uma sociedade mais justa e pela afirmação dos valores dos direitos humanos.

Considero sempre extremamente atual e pedagógica a construção do nosso Boaventura de Sousa Santos, português que afirma o que chama de novo metadireito intercultural, que, segundo ele, deve presidir políticas públicas de igualdade e de identidade. Diz Boaventura: *“Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza. Mas temos o direito de sermos diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”*.

Acho que isso que o Boaventura chama de novo metadireito intercultural é um conceito fundamental para ser compreendido, apreendido e difundido.

Quero concluir com duas questões. Vários órgãos de imprensa do nosso País têm publicado nos últimos dias artigos, opiniões, as mais diferentes visões a respeito do tema da homofobia. Pergunta-se: devemos criminalizar a homofobia no País? É importante que se aprove uma legislação nesse sentido?



Li artigo de alguém que dizia que aprovar uma lei criminalizando a homofobia não vai resolver o problema. Mas, com certeza, quando o Brasil aprovou legislação considerando crime a discriminação racial, isso fez com que diminuísse de maneira muito sensível e substancial a multiplicação nos espaços públicos, e mesmo nas relações privadas, de todo tipo de abordagem quanto à questão da discriminação racial, que, aos poucos, vamos superando e enfrentando, uma cultura da qual nós também somos parte.

Aqueles que conhecem as minhas opiniões sabem que tenho sido extremamente crítico quanto ao papel da grande imprensa no País a respeito da temática que hoje estamos abordando aqui. Porque estou convencido de que boa parte da cultura que temos no Brasil hoje, discriminadora, a respeito dessa questão é fruto de conceitos que são multiplicados e chegam a casa das pessoas diariamente através da televisão.

A Rede Globo que se vangloria porque na novela das oito muitas vezes aborda temas complexos e contemporâneos, como a relação afetiva entre pessoas do mesmo sexo — e é importante que faça isso, como também outras TVs —, é a mesma Rede Globo que, em seus programas humorísticos, transforma o tema do homossexualismo na piada mais comum, mais escrachada. O que faz com que muitos dos apelidos utilizados dentro da escola nas relações homofóbicas venham de dentro desses programas. A maioria dos termos utilizados para ofender e discriminar são construídos e multiplicados dentro da mesma grande mídia do País que muitas vezes critica a escola pública porque o aluno não é bom em Matemática ou em Português. O que de pior é reproduzido dentro da escola está sendo produzido e multiplicado por ela.

Quando falamos sobre a necessidade de horários específicos para determinados programas, sobre a importância da classificação indicativa, insistem em que isso seria uma forma de censura. No dia em que aprovarmos uma lei criminalizando a homofobia, com certeza, assim como tiveram de parar de fazer piadas sobre negros no horário nobre da televisão, terão de parar de fazer o tipo de piada que fazem hoje. (*Palmas.*)

Por isso, precisamos dessa lei, a despeito de alguns, de maneira simplista, abordarem o tema como um tipo de censura. Argumentam que se quer censurar o



direito à piada, o programa humorístico, a liberdade de expressão. Não, não se trata disso. Quando aprovamos no País uma lei que estabelece a discriminação racial como crime, reduziram-se nos espaços públicos e nos espaços da imprensa o direito de fazerem o que fizeram a vida inteira: tratar pessoas, em função da raça, da cor, como se fossem inferiores, fazendo disso motivo de piada de todo tipo.

Então, este Parlamento precisa, sim, ter a coragem de aprovar — está no Senado Federal — a legislação que criminaliza a prática da homofobia no Brasil. E devemos cobrar da grande imprensa que assuma a posição corajosa de ser parceira para essa aprovação.

Acabei falando mais do que deveria.

Mais uma vez, agradeço imensamente a todos a presença.

Declaramos aberto o nosso seminário.

Convido o Sr. André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação, para compor conosco a Mesa.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Couto, do Estado da Paraíba.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Boa tarde, companheiros e companheiras de luta.

É com satisfação que estamos aqui para representar a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e queremos manifestar nosso compromisso com a promoção do respeito à diversidade sexual e a todos os outros direitos humanos no ambiente escolar.

Queremos cumprimentar todos os presentes, educadores, militantes, dirigentes de entidades, pessoas de todas as orientações sexuais, e desejar-lhes força e sucesso na luta que conduzem e que sabemos difícil — muitas vezes pessoas são executadas, como já pudemos verificar.

Apresentamos nossa solidariedade e nossa disposição de nos manter sempre participando da defesa de um ambiente escolar livre de preconceitos, de um escola que promova o conhecimento de que toda pessoa humana é livre para viver sua orientação sexual, uma escola que eduque para o repúdio à intolerância e prepare o jovem para o respeito às diferenças.



Queremos cumprimentar também os que contribuíram para a realização da pesquisa a ser lançada nesta tarde como parte do Projeto Escola sem Homofobia. Os resultados da pesquisa qualitativa nas escolas públicas de 11 Capitais demonstram que o problema da homofobia é de grande extensão. Está arraigado em todas as Regiões do País. Então, este é o momento de reconhecer o mérito dos estudos produzidos, mas também de cobrar do Ministério da Educação, das Secretarias estaduais e municipais, de toda a comunidade escolar, pública e privada, maiores esforços para combater essas violações dos direitos humanos.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias faz parte do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, um fórum que tem defendido que se multipliquem as políticas públicas e as iniciativas nessa direção. Os membros do comitê sentem que a produção e a disponibilização de conteúdos ainda é pequena para atender à demanda da sociedade, até nos termos usados, quais sejam, respeito e tolerância. Nós queremos que haja o reconhecimento do direito de cada um de expressar livremente a sua opção sexual; ou seja, não basta apenas tolerar. Temos inclusive de acabar com esse negócio de tolerância, não é? Tolerar? Nós temos é que efetivamente fazer com que as pessoas sejam respeitadas na sua dignidade, dentro daquilo que escolheram e que estão vivendo, de forma a construir uma sociedade em que todos possam ser respeitados.

Fortalecer a educação para o respeito à diferença e contra a homofobia torna-se premente, diante da ofensiva conservadora que está ocorrendo no Brasil neste momento, como nós verificamos durante a campanha eleitoral. No meu Estado, cheguei a um Município e um pastor logo quis saber qual era a minha posição; ou seja, nem esperou... Eu disse-lhe: "Deixe-me pedir seu voto, para depois ver isso aqui!" (*Palmas.*) Mas já era... Ou seja, nesse sentido, nós achamos que este é o momento, quando há essa ofensiva conservadora, que está ocorrendo no Brasil neste momento, como nós vimos durante a campanha eleitoral.

Parece que a campanha eleitoral deflagrou toda uma reação de intolerância e de posicionamentos fundamentalistas. Essa onda conservadora ameaça o exercício dos direitos humanos, afronta os princípios da Declaração Universal e da nossa Constituição, contribuindo para a disseminação de uma cultura de desrespeito e de violência homofóbica.



No seminário de amanhã sobre os assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, vamos debater com maior foco os dados da pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia. Vamos também avaliar os episódios recentes de violência motivada pelo preconceito. Os dados sobre os assassinatos, o recrudescimento da violência, refletido nesses episódios recentes, tudo isso deve ser visto com muita atenção, deve servir de alerta para a necessidade de reagirmos, na defesa dos direitos humanos, em todos os campos político-sociais, inclusive na ação legislativa aqui nesta Casa. E uma das dimensões em que nossos esforços devem ser mais acentuados é a educação para uma vida livre de preconceitos e da violência homofóbica, uma educação que promova novas gerações, comprometidas com o respeito pleno aos direitos humanos.

Muito obrigado. Um abraço para todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Padre Luiz Couto.

Por gentileza, um microfone, aqui.

Quero agora passar a palavra à ilustre Parlamentar Fátima Bezerra, Coordenadora da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Boa tarde, “bom Dilma” (*risos*). Agora pode! (*Risos.*) Pois é, “bom Dilma”, bom Brasil, Brasil sem Homofobia.

Bom, mas quero aqui cumprimentar os companheiros: o Deputado Paulo, o Deputado Couto, Abicalil, Iran, o Deputado Pedro Wilson, o Deputado Chico; quero cumprimentar o companheiro André Lázaro, representando aqui o MEC, que vem desenvolvendo um bom trabalho; Dirceu, lá do Ministério da Saúde; e nas pessoas de Jovanna, Yone e Toni, quero aqui abraçar os companheiros e companheiras representantes das entidades, e dizer inicialmente da nossa alegria — ouviu, Toni? — de repente ver a nossa Casa aqui cheia, vocês aqui de novo, mostrando que continuam presentes na luta.

Na verdade, trago aqui a saudação não só da Frente Parlamentar, mas também da Comissão de Educação e Cultura, como também o Deputado Abicalil e o Deputado Iran, que apresentaram junto comigo o requerimento para que a Comissão de Educação e Cultura da nossa Casa pudesse também associar-se à Comissão de Legislação Participativa e à de Direitos Humanos na realização deste seminário.





E quero dizer aqui, de forma muito breve, que o Congresso Nacional, mais do que nunca, tem de abrir suas portas e acolher este debate. Acho que Couto aqui já mencionou com muita propriedade o momento que estamos vivendo, não é? Inclusive quando destacava aqui a questão da disputa político-eleitoral recente que nós vivenciamos no Brasil, disputa político-eleitoral essa sem dúvida alguma muito importante, muito decisiva para os destinos do nosso País. E eu comentava exatamente, aqui com Ione, que, confesso a vocês, houve determinados momentos da disputa político-eleitoral em que eu fiquei muito assustada. Assustada, angustiada, apreensiva, porque de fato nós presenciamos e inclusive enfrentamos o debate de temas que vieram à tona na agenda político-eleitoral, agora, recentemente, no nosso País, e vieram à tona de forma muito violenta. O debate que se instalou trouxe à tona as questões de natureza religiosa, a questão da homofobia, a própria questão de gênero, a questão de raça; enfim, tudo isso veio à tona de forma muito violenta, de forma muito virulenta, e na verdade revelou-nos um sentimento predominante em determinados setores da sociedade brasileira.

É claro que esse sentimento não foi majoritário; muito pelo contrário, esse sentimento foi derrotado nas urnas. Mas não podemos aqui fechar os olhos. Enfim, quero aqui ressaltar que isso existiu, e veio de forma muito — repito —, muito violenta. Daí por quê, Deputado Pimenta, é muito oportuno que o Congresso Nacional continue travando este debate, para que a gente possa acumular cada vez mais, tanto do ponto de vista da idéia, tanto do ponto de vista do debate programático, como do ponto de vista da mobilização social. E esse aspecto é fundamental, é essencial para que nós possamos avançar na perspectiva da sociedade com a qual todos nós sonhamos.

O seminário que nós vamos realizar hoje na verdade é uma continuidade do debate que já vem sendo feito aqui na nossa Casa. E o seminário de hoje tem como foco exatamente a questão da escola. É muito importante todos nós reconhecermos o papel especial que a escola tem a desempenhar nesse contexto, porque afinal de contas é pela educação que a promoção da cultura pode acontecer de forma mais efetiva, moldando novos valores e atitudes de respeito e paz, “desconstruindo” velhos e arraigados preconceitos, formando cidadãos e cidadãs que comporão uma sociedade mais justa.



Eu acho importante aqui nós resgatarmos os passos que já foram dados, inclusive no Governo do Presidente Lula, as políticas públicas já em andamento, as iniciativas que já foram tomadas. É importante, em se tratando aqui de um seminário voltado para a escola, Deputado Paulo Pimenta, destacar aqui que quando da Conferência Nacional de Educação Básica, em relação à questão da diversidade sexual, nós já ressaltávamos lá o debate acerca de evitar discriminações de gênero e diversidade sexual nos livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas, da necessidade de haver programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade, da promoção da cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar, de evitar o uso da linguagem sexista, homofóbica e discriminatória em material didático-pedagógico.

É importante aqui também resgatar a Conferência Nacional LGBT de 2008, que aprovou 561 recomendações de políticas públicas para LGBT em diversas áreas, as quais foram sistematizadas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos lançado em maio do ano passado. E quero destacar mais uma vez a Conferência Nacional de Educação de 2010, a última que nós realizamos, que no seu Eixo Temático IV também aprovou mais de 20 recomendações, relativas a gênero e diversidade sexual, que vão ser objeto inclusive de análise e reflexão nesta audiência pública.

Portanto, a audiência de hoje tem como proposta objetiva exatamente a de apresentar, para refletirmos, as informações das pesquisas que foram realizadas, pesquisas essas de uma riqueza extraordinária, do ponto de vista de nos apresentarem o retrato da sociedade brasileira no que diz respeito, ainda e infelizmente, à questão da violação dos direitos humanos, no caso os direitos humanos da comunidade LGBT. Esta audiência é uma oportunidade para que nós possamos, repito, aprofundar esse tema e refletir sobre ele.

Eu quero acrescentar aqui que, mais do que aprofundar o debate acerca do papel da escola no que diz respeito a ela contribuir para essa cultura de paz, de tolerância, de respeito, mais do que isso, os eventos que nós vamos realizar esta semana também vão na direção de que nós possamos avançar no sentido de continuarmos com a nossa teimosia — porque é, antes de tudo, um ato de teimosia mesmo —, a nossa teimosia no sentido de que esta Casa possa avançar



exatamente na direção de termos uma legislação, como o Deputado Paulo Pimenta aqui mencionou, que promova, que respeite a questão dos direitos humanos.

É inaceitável que o Congresso Nacional continue sendo uma instituição muito hostil, continue sendo uma instituição infelizmente ainda muito fechada para que nós possamos avançar no sentido de termos uma legislação que possa responder aos desafios que estão colocados hoje, que são desafios, mais do que tudo, contemporâneos. Afinal de contas, o que nós pleiteamos, o que nós exigimos, o que nós reivindicamos não é nada a mais, nem nada a menos. Nós não queremos nenhum direito a mais, nenhum direito a menos. Nós queremos que os nossos direitos efetivamente sejam respeitados, que os nossos direitos sejam respeitados.

Então, quero aqui mais uma vez reafirmar o compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores, reafirmar o compromisso do nosso mandato de continuar nesta luta com vocês. Nós estamos encerrando mais um período legislativo. A partir do ano que vem teremos novas lutas, novos desafios. Inclusive é um momento novo o que o Brasil vive, com o Governo da companheira Dilma Rousseff, Governo esse no qual nós acreditamos. E acreditamos inclusive que haverá um ambiente, do ponto de vista institucional, do ponto de vista do Governo, mais favorável ainda, para que efetivamente nós possamos avançar, porque nós não vamos desistir nunca. Nós não vamos desistir nunca! Enquanto houver discriminação, preconceito, ódio, nós não vamos desistir. Nunca! Nós vamos continuar lutando para que de fato possamos viver em um mundo onde nós possamos ser respeitados. Nós queremos um mundo, seja na escola, seja no ambiente de trabalho, seja onde for, um mundo de onde o preconceito e a discriminação sejam banidos.

Portanto, um bom trabalho para todos nós. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Deputada Fátima Bezerra.

Eu quero saudar a presença aqui dos colegas Deputados Pedro Wilson, que assumiu agora aqui a representação da Comissão de Direitos Humanos; Chico Alencar, do Rio de Janeiro; Cida Diogo, também do Rio de Janeiro; Iran Barbosa, de Sergipe, um dos proponentes desta nossa atividade; e Carlos Abicalil, de Mato Grosso.



Quero convidar para compor aqui a primeira Mesa, junto com os futuros colegas, o nosso eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro Jean Wyllys. *(Palmas.)* Venha compor aqui a Mesa, junto com os colegas.

**(Não identificada)** - Esse é Deputado! Esse é o primeiro Deputado! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - E eu quero dizer a vocês da nossa satisfação, porque a Agência Câmara está transmitindo o evento ao vivo, fazendo sua cobertura jornalística em tempo real, e os internautas de todo o Brasil poderão encaminhar perguntas aos participantes do seminário via *e-mail*, no endereço *pergunte@camara.gov.br*, no campo “assunto CLP”; as perguntas serão direcionadas, para que os Deputados possam encaminhá-las aos convidados no momento do debate.

O nosso evento de hoje e o nosso evento de amanhã são as duas primeiras atividades que a Agência Câmara transmite em tempo real, com a possibilidade de participação dos internautas, fazendo suas perguntas e interagindo diretamente com os participantes do seminário. *(Palmas.)* Então, meus agradecimentos à equipe da Agência Câmara, que foi fundamental também, pela parceria, para que nós possamos ser inovadores nesta possibilidade que estamos oferecendo de interação em tempo real com todo o Brasil.

E passo a palavra para o Sr. André Lázaro, que representa aqui o Ministério da Educação, como Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade daquele Ministério.

**O SR. ANDRÉ LÁZARO** - Muito boa tarde a todos e a todas. Quero saudar o Deputado Paulo Pimenta pela condução dos trabalhos, minha querida amiga Fátima Bezerra, Pedro Wilson e os colegas de Mesa, na pessoa de Toni Reis. Quero saudar a Deputada Cida Diogo, os Deputados Chico Alencar, Jean — parabéns pela sua eleição, e bom mandato —, Iran Barbosa, meu prezadíssimo Abicalil. Quero saudar toda a comunidade presente, os colegas.

Eu, Deputado Paulo Pimenta, tenho a alegria de ter vindo à Câmara em várias oportunidades, para participar de debates convocados pela Casa, e sempre com muito bons resultados, mas poucas vezes vi um plenário tão cheio e tão vibrante. Então, quero parabenizá-lo pela organização do encontro. Acho que é muito oportuno, acho que o debate precisa de fato se ampliar.



Eu vou fazer depois uma fala na Mesa, então vou apenas saudá-los, mas quero também fazer um registro que acho importante: a educação brasileira, a educação básica brasileira envolve 1,9 milhão de professores; temos 53 milhões de crianças, adolescentes e jovens na educação básica, dos quais 46 milhões em escolas públicas; há mais de 190 mil escolas no Brasil, das quais 160 mil são públicas. Desses números, uma alegria: a sociedade brasileira, o Estado brasileiro, ao longo do tempo, está conseguindo garantir escola para a grande maioria da população brasileira. De 6 a 14 anos nós temos 98% das crianças na escola. Isso é extraordinário! De 15 a 17 anos nós temos 85% dos jovens na escola. Isso é maravilhoso! Agora, essa escola precisa melhorar sua qualidade.

E melhorar a qualidade não só do aprendizado de Português e Matemática — que é fundamental, porque sem isso não se aprende o resto. A escola também tem de ser um lugar em que se forme a cidadania, em que se forme o respeito, em que se valorize a riqueza e a diversidade brasileira.

Eu acho que esse é o nosso empenho, é o nosso compromisso. O Ministro Fernando Haddad tem sido extremamente atento a essa agenda dos direitos humanos e do respeito à diversidade. Eu tenho a alegria de já ter participado de alguns encontros entre o Ministro e uma comissão institucionalizada no Ministério da Educação, que é o GT Brasil Sem Homofobia, com representação de toda a comunidade, e o Ministro faz questão de recebê-los, e travamos um debate sempre muito rico e muito importante. Aliás, por sugestão do próprio Ministro, integrantes dessa comissão, do MEC e do movimento social estão neste momento na Espanha, que, por recomendação do Movimento LGBT, foi identificada como um país que tem uma política avançada nessa área.

O Ministro, quando conversou com a comissão, ouviu a sugestão de que a Espanha é um país com uma política avançada e orientou que um grupo visitasse aquele país, para lá aprendermos o que está sendo feito nessa área. E neste momento, nesta semana, tenho a alegria de comunicar que a Coordenadora-Geral da área de direitos humanos, Rosilea Wille, e mais um representante da comunidade *gay*, um representante da comunidade de lésbicas, um representante da comunidade de travestis, além de 2 professores universitários, estão na Espanha, com o apoio da Organização dos Estados Ibero-americanos, visitando as práticas



desenvolvidas na Espanha, no tocante a promoção da diversidade e valorização da diversidade. Espero que na volta deles tenhamos mais a aprender e a socializar em seminários como este.

Muito obrigado, e um bom trabalho para nós. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, André.

Quero saudar e registrar a presença aqui da nossa Vereadora da Capital do Rio Grande do Norte, Natal, a policial militar Sargento Regina. (*Palmas.*) Muito obrigado pela sua presença, que prestigia aqui o nosso seminário.

Passo a palavra para o nosso amigo Dr. Dirceu Greco, Diretor do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, para que possa fazer sua saudação.

**O SR. DIRCEU BARTOLOMEU GRECO** - Deputado Paulo Pimenta, cumprimentando-o, cumprimento a Mesa, e parabeno-o pela atividade. Representando o Ministério da Saúde, eu quero saudar a todos e dizer da alegria do Departamento de participar de um evento como este. Como sabem, o Departamento de DST-AIDS, implementado há 25 anos, tem um papel crucial na resposta brasileira em relação à infecção pelo HIV, um papel relacionado com direitos humanos. Acho que aí está completamente localizado o que nós estamos fazendo aqui juntos. Certamente a experiência acumulada com populações vulneráveis que o Departamento obteve nestes 25 anos pode ser muito bem utilizada, e tem sido utilizada nesta parceria com esse movimento contra a homofobia.

Eu quero também lembrar — não vou alongar-me, porque eu sei que temos um seminário muito importante agora — que, junto com o Ministério da Educação (e talvez seja uma cunha interessante de discussão), o Departamento tem uma participação muito grande no Saúde e Prevenção nas Escolas, que eu acho que é um grande programa, e que talvez seja o único modo mesmo de fazer uma mudança neste País. Como comentado pelo padre anteriormente, há uma ofensiva conservadora. Ela não é de hoje, não; ela está aí, ela está localizada, ela é intensa, e o aprendizado que esta população nossa tem, principalmente, vem exatamente desses programas comentados pelo Deputado Paulo também.

Eu penso que esse senso comum só vai ser mudado se nós conseguirmos mudar a escola. E isso serve não só contra a homofobia, mas certamente para a



história do direito, a história da prevenção. Eu penso que este é um momento interessante, e esse programa pode ser muito utilizado na discussão intensa que vocês vão começar a fazer aqui, e certamente podem continuar contando com a participação do Departamento em qualquer situação em que seja necessário, em que nós possamos ter alguma participação.

De todo modo, eu espero que tenhamos todos uma boa reunião, um bom seminário, e eu vou repetir o que o meu colega do Ministério da Educação disse: eu já estive aqui anteriormente e nunca vi uma sala tão cheia. Quer dizer, é um bom sinal — não é? — de que o direito está sendo exercido de forma emancipada, vindo da base para o Poder constituído.

Muito obrigado, e bom seminário para todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Dirceu, por sua presença e participação.

De imediato, quero convidar a Sra. Yone Lindgren, Coordenadora da Política Nacional da Associação Brasileira de Lésbicas.

**A SRA. YONE LINDGREN** - Boa tarde a todas as pessoas. Saúdo-os. A minha saudação vai para todas as pessoas presentes, Parlamentares ou não, porque estamos aqui lutando pela mesma coisa, porque todos os direitos que nós temos como seres humanos são indivisíveis; enquanto todos nós não pudermos exercer os nossos direitos, temos de estar juntos. Então, esta minha saudação vai para Cida Diogo, grande companheira nossa, e Jean, que está chegando agora e vai lutar conosco.

Sinto-me muito realizada por estar aqui. Nós sabemos que é na educação que tudo começa para o ser humano. A educação não é só em casa. A educação é principalmente na escola. E se não fizermos um bom trabalho na educação, não adianta nenhum movimento social, principalmente o nosso, colocar-se nas ruas, haver paradas, haver outros eventos, chegarmos mesmo às conferências, porque, ainda assim, mata-se um homossexual por dia. Poderia ser uma coisa banal, se não fôssemos todos seres humanos, porque a mesa e a cama de cada um diz respeito somente àquele ser humano. Mas vamos ver aonde vamos chegar. Já viemos de um Brasil sem Homofobia, viemos caminhando, caminhando; Fátima já discorreu bem



sobre toda essa nossa caminhada até aqui, e, como Fernanda disse, eu acredito que o Brasil continua sendo do povo.

Foi difícil, não é? Nós quase não chegamos lá. Todo o mundo teve conhecimento dos grandes preconceitos arraigados ainda na nossa sociedade na hora das eleições, quando se elegeu a primeira mulher como Presidente neste País. Não foi sem tempo. Já era hora. E acredito que todas nós mulheres estamos bem incentivadas a permanecer nas nossas lutas, sejam elas quais forem, desde a mulher que está dentro de casa educando seu filho e cuidando somente da família, até nós que estamos na rua, exigindo os direitos dela e nosso.

Muito obrigada, e ótima audiência para todos nós. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Yone.

Com a palavra a Sra. Jovanna Baby, Presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais — ANTRA.

**A SRA. JOVANNA BABY** - Boa tarde a todas e todos, em especial os Deputados aqui, defensores da nossa causa, parceiros, e Toni Reis, Presidente da ABGLT. E assim, já de início, quero fazer um agradecimento profundo à Deputada, hoje Deputada Federal Cida Diogo, e ao hoje Deputado Chico Alencar, que quando Vereador, no Município do Rio, abriu as portas para que este movimento estivesse hoje onde está. *(Palmas.)* Nós somos muito agradecidos, Deputados. Somaram-se lá no nosso Estado a Jurema Batista, a Edmilson Valentim, a Edson Santos e a outros mais, e abriram as portas para que este movimento estivesse no patamar em que está hoje, com várias conquistas. É preciso muito, falta muito, mas nós vamos chegar lá.

E nós travestis, Deputados que estão aqui presentes, e transexuais, demais pessoas aqui, nós precisamos muito deste Congresso Nacional. Quer dizer, todos os homossexuais precisam, mas nós travestis somos as que menos frequentamos as escolas, porque não somos permitidas, porque somos, nascemos com a identidade do gênero feminino e identificamo-nos assim no dia a dia, e no colégio ela não é respeitada. No caso, não há como eu frequentar um curso de nível superior — eu fiz o ensino médio —, frequentar um curso onde o professor e o diretor insistem em afirmar que a minha identidade de gênero é masculina, quando não é. Então, é preciso que este País, que esta Casa de Leis tome providências.





A gente sabe que mudou muito de 8 anos para cá. O nosso Presidente, que vai passar o bastão à nossa Presidenta Dilma, mudou este País. E foi esperançoso; lutou anos e anos, e conseguiu. Nós travestis e transexuais também acreditamos que vamos conseguir. Estamos conseguindo, pouco a pouco, mas é preciso batalhar pelo nome social, que é a maior barreira enfrentada pelas travestis e transexuais. Nós temos um projeto, da nossa aliada de anos, a Deputada Cida Diogo, que corre por esta Casa e nunca caminha, e não avança. Nós precisamos que o nosso nome seja aliado à nossa identidade de gênero, porque essa é nossa maior perseguição no recinto escolar. Não dá mais para uma pessoa que se identifica como Joana ser chamada de João nas fileiras das escolas espalhadas por este País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Obrigado, Jovanna.

Passo a palavra para o nosso amigo Toni Reis, Presidente da ABGLT, para fazer sua saudação, na abertura deste seminário.

**O SR. TONI REIS** - Boa tarde a todas e todos. Gostaria de saudar neste momento nosso querido Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, que tem um histórico de luta com a gente. E aqui já aproveito e cito a Deputada Fátima Bezerra, que em 2007 teve a ideia de fazer uma emenda parlamentar de R\$ 3 milhões para nós fazermos o Escola sem Homofobia, e hoje nós vamos apresentar os resultados da pesquisa, os materiais que nós temos — nós temos os guias, nós temos os manuais —, e isto para nós é uma grande honra. Então, olhem, do fundo do coração, Fátima Bezerra e todos os Deputados que na época participaram da Comissão, obrigado pelo apoio. Eu acho que isso é fundamental para nós. (*Palmas.*) E vocês vão ver que essa iniciativa, depois de toda uma negociação com o MEC para liberação, conseguimos executar; estamos terminando o projeto agora, e gostaríamos de continuá-lo.

Gostaria de citar o Departamento nacional de DST-AIDS, que foi a porta de entrada do Governo Federal. Infelizmente — ou felizmente — a AIDS para nós abriu as portas. Nós conseguimos! De um problema, do limão que nos deram com a AIDS, nós fizemos uma bela de uma limonada. Nós conseguimos organizar-nos no Brasil. E a AIDS ajudou-nos nesse sentido, ouviu, Dirceu? Isso é importante. E vocês continuam sendo nossos grandes parceiros.



Gostaria de agradecer à Comissão de Direitos Humanos, aos nossos queridos Deputados, inclusive porque aprovaram uma emenda de R\$ 11 milhões, na semana passada. Obrigado a Chico Alencar, que tem sido o nosso grande articulador, e ajudou-nos muito. O Deputado Pedro Wilson estava lá, e o Deputado... Não vou citar todos os nomes aqui, porque não estou lembrando, mas acho que isto é importante dizer: nós sofremos muito preconceito; há muitas pessoas que nos discriminam, que nos jogam pedra, que nos jogam lâmpada fluorescente, que nos espancam, que vão para a Internet; mas nós temos muitos aliados, e aqui, pessoal, os Deputados, os Parlamentares que estão aqui são pessoas que muitas vezes sofrem junto conosco a discriminação e a homofobia.

E está aqui a nossa querida Cida Diogo, que enfrentou, pessoal, toda a discriminação de uma lésbica, de um gay, na cidade dela, por nos apoiar. É uma pessoa heterossexual, casada, bem casada, mas foi acusada de incentivo ao chamado homossexualismo, de uma forma extremamente pejorativa. (*Palmas.*) Então, nossa total solidariedade a Cida Diogo por todo o sofrimento que passou com a discriminação.

Temos aqui os dois Deputados da Educação, que inclusive hoje vamos homenagear pelo trabalho prestado, tanto Iran Barbosa como Abicalil, que nos ajudaram muito nesta grande empreitada, na questão da educação. E aqui aproveito para citar que nós, apesar de todos os problemas que tivemos, hoje temos muitas vitórias; uma foi a questão da Conferência Nacional de Educação, em que nós conseguimos aprovar 38 propostas sobre a questão do respeito à diversidade sexual. Você, Abicalil, foi um dos grandes articuladores, juntamente com a nossa querida Senadora Fátima Cleide.

Gostaria de agradecer aqui o apoio — infelizmente, o Dr. Pedro Chequer não está — à UNAIDS, que nos tem ajudado muito, tem sido uma grande referência das Nações Unidas no apoio à diversidade sexual, e a todos os nossos apoiadores.

E aqui, pessoal, quero dizer, como disse a nossa querida Jovanna, a quem eu me somo em seu discurso — ouviu, Jovanna? —, o que todas as pesquisas mostram: as travestis são as pessoas mais marginalizadas na educação, tanto as travestis como os transexuais. E nesse sentido, quero render homenagem, neste momento, a Luma Andrade. Por favor, fique de pé, Luma Andrade. (*Palmas.*) Esta



menina aqui, que vai ser homenageada hoje e amanhã falará no Senado Federal, é a primeira travesti que conseguiu chegar ao doutorado em educação na Universidade Federal do Ceará. Então, parabéns! Que você seja um exemplo para esta Nação (*palmas*), para não jogarem pedra na travesti que fica lá na esquina. Se uma pessoa tem apoio e reconhecimento, ela chega lá. Então, queremos que você seja a nossa grande doutora.

E saudando você, saúdo o pessoal aqui. Nós estamos com 22 Estados, 22 representações das Unidades da Federação, dos militantes e das militantes deste País. Obrigado por vocês estarem aqui. Quero também saudar as dez instituições e pessoas que serão homenageadas com o troféu Educando para a Diversidade Sexual. Vocês merecem, e vocês têm contribuído. E isso mostra, pessoal — esse prêmio tem esse objetivo principal —, que dá, sim, para trabalhar nas escolas o respeito à diversidade.

Isto é importante: que os professores, que os profissionais de educação não tenham medo de enfrentar o fundamentalismo religioso. Hoje, pessoal, se nós vamos encontrar uma justificativa, é: os religiosos fundamentalistas nós temos de respeitar, pessoal; vamos respeitar os evangélicos, os católicos, o pessoal de matriz africana, os judeus, enfim, todo o mundo; mas essas religiões também têm de nos respeitar, na nossa condição, na nossa orientação sexual e na nossa identidade de gênero.

Quero dizer que hoje nós temos de saudar o Presidente Lula, a nossa querida Dilma, que foi eleita, e realmente a nossa comunidade apoiou. O Presidente Lula bancou, Fátima Bezerra — você tentou! —, o projeto de lei que criava o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Ele rolou de Comissão em Comissão. Não é que barraram aqui, nesta Casa, a criação do Dia Nacional contra a Homofobia? Nós articulamo-nos, fizemos tudo, e conseguimos. O Presidente Lula chegou lá, assinou e firmou o decreto do Dia Nacional de Combate à Homofobia. Então, obrigado, Fátima Bezerra. Não conseguimos por aqui, mas o Presidente Lula nos deu (*palmas*), e é por isso que é um homem que hoje tem mais de 80% de popularidade, porque ele consegue sentir na pele o preconceito, e isso ele disse na abertura da Conferência Nacional LGBT.



Quero dizer, pessoal, com isso, que nós evoluímos. Hoje nós temos parceiros no Governo, no Executivo; no Judiciário nós temos conseguido, pessoal; se você, seja qual for a sua condição, for discriminado, entre no Judiciário. Hoje nós temos conseguido. Esta Casa tem debatido. Nós contamos aqui com vários aliados. Mas não foi aprovada nenhuma lei que nos beneficie. Não foi aprovado o PLC, que está lá no Senado. Foi aprovado aqui, na Câmara dos Deputados, mas no Senado está parado há 6 anos. Nós precisamos urgentemente que aprovem essa lei. Como disse o nosso querido Paulo Pimenta, a lei não vai acabar com o preconceito e a discriminação, mas vai ajudar a diminuir a violência que nós sofremos.

E pedimos, assim, pessoal, que se utilize, na educação e aqui nesta Casa, a questão do Estado laico. Eu acho que temos de respeitar todas as religiões, mas não podemos basear-nos no nosso credo pessoal para fazer as votações e fazer julgamentos, porque há isto, sim, pessoal: muitas vezes, pela forma como fala, um pastor incita a violência. Então, é importante que se diga: se hoje a Internet está infestada de homofobia, muitas vezes a origem disso está na questão da religiosidade.

Quero pedir a vocês, aos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que nos ajudem a aprovar o Orçamento. Nós conseguimos fazer passarem algumas emendas, por intermédio das Comissões, e nós precisamos de recursos para executar o Plano Nacional, que hoje está sendo executado por 18 Ministérios. Nós já tivemos a colaboração de vários Parlamentares. Que vocês possam, dentro do limite das articulações, ajudar-nos e aprovar as emendas parlamentares.

Um outro pedido também é o de se repetirem nas Câmaras, Vereadora Sargento Regina, repetirem-se nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas audiências como esta, seminários como este. Eu acho que é importante nós levarmos a debate. Para a ignorância, a melhor coisa é informação e conhecimento, e conhecimento nós já temos.

Hoje nós temos aqui, inclusive, quatro ou cinco universidades que vão homenageadas pelo trabalho. Vamos levar a esses universitários, a essas universitárias, a esses acadêmicos, vamos levar, vamos mostrar o conhecimento, porque o preconceito, pessoal, nada mais, nada menos é do que ignorância, e precisamos levar a boa nova, que é: *“Amai-vos uns aos outros como eu vos ameí”*. E



eu acrescento: se for bonito e alto, melhor ainda, como meu companheiro há 21 anos, que eu amo e não tenho vergonha de dizer, porque sou um cidadão. *(Palmas.)*

Nesse sentido, pedimos esse apoio, pessoal, para que, repetindo, os militantes aqui presentes levem isto para as Câmaras Municipais, para as Assembleias Legislativas. Nós temos materiais, nós temos vários técnicos, vários militantes que podem falar de forma bastante interessante.

Para concluir, quero dizer uma frase de que gosto muito, que é: nem menos, nem mais; direitos iguais — é disso que precisamos, para todos e todas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Toni.

Neste momento, então, nós concluimos esta fase de abertura do seminário. Convido os componentes da Mesa para que fiquem à vontade conosco, e vou imediatamente passar à composição da primeira Mesa dos debates.

Prof. André Lázaro, pode permanecer à Mesa conosco, por gentileza?

Convido o Deputado Iran Barbosa, membro da Comissão de Educação e Cultura e da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT; o Deputado Carlos Abicalil, membro da Comissão de Educação e Cultura; o Sr. Carlos Laudari, Diretor da ONG Pathfinder do Brasil; a Sra. Lena Franco, da ONG ECCOS Comunicação em Sexualidade; e a Sra. Marie-Pierre Poirier, representante do UNICEF no Brasil. *(Pausa.)*

Passo a palavra para o Deputado Iran Barbosa, que a partir deste momento será o Coordenador desta Mesa e dos debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Boa tarde a todos que aqui se encontram. Inicialmente, quero reforçar a satisfação com que as Comissões que promovem este seminário e a Câmara Federal se reúnem, mais uma vez, para fazer esse importante debate.

Como já foi dito aqui, nós conseguimos reeditar este ano um espaço qualificado de discussão, qualificado pela quantidade de pessoas que vêm aqui participar. Nós aqui realizamos vários encontros, seminários e audiências, mas não é sempre que temos a Casa cheia.



Todas as vezes em que chamamos para fazer esse debate, temos a satisfação de ver que há número suficiente de pessoas se engajando nessa luta e nessa discussão. E isso nos dá muita satisfação.

Porém, mais importante que a quantidade de pessoas que se unem para discutir é a qualidade do que se discute e debate em termos de propostas, para que possamos avançar nas conquistas de igualdade de direitos para todos. Então, é com uma satisfação imensa que recebemos todos aqui nesta tarde.

Cumprimento todos os que compõem a Mesa e que vêm nos ajudar a refletir sobre o tema.

Muito rapidamente, eu gostaria de dizer que os fatos últimos a que assistimos mostram que o preconceito no Brasil... Eu dava uma entrevista, agora há pouco, e o repórter perguntava se eu via alguma relação entre as outras formas de preconceito que temos e a questão da homofobia. Eu expressei minha opinião dizendo o seguinte: claro que eu percebo uma conectividade entre todas essas formas de preconceito.

No Brasil, temos avançado muito em diversas questões, mas é muito forte a nossa formação preconceituosa. Isso é algo que sinto contraditório, porque se nos analisarmos como nação, vamos ver que a pluralidade é a marca maior da nossa formação histórico-social. Sendo assim, seria de se esperar que a nossa sociedade fosse menos preconceituosa e discriminatória. Mas, lastimavelmente, ainda são muito preocupantes os números.

Portanto, vejo, sim, uma conectividade, porque o modelo de sociedade em que vivemos foi forjado e pensado para seguir determinados padrões. O mundo capitalista se sustenta muito em cima de padrões e de modelos. Tudo aquilo que foge um pouco ao padrão preestabelecido para o mundo consumista do capitalismo — e, às vezes, ele começa inclusive a tentar avançar sobre essas diferenças — e foge ao modelo predeterminado normalmente é perseguido e discriminado. Então, há uma conectividade.

É importante também frisar que há especificidades nos preconceitos que também precisam ser tratadas e compreendidas. Se tratarmos o preconceito de uma forma muito genérica, às vezes, deixamos de tratar de questões muito específicas,



que afetam mais especificamente os negros, as mulheres e, por exemplo, os nordestinos, como eu.

O preconceito se manifestou nessa eleição antes, durante e ainda depois, porque os preconceituosos buscam explicações preconceituosas para tudo, inclusive para as derrotas que eles sofrem. E eles buscaram exercitar dessa forma.

Portanto, vejo que devemos ter a boa e velha paciência histórica para tentar entender esses mecanismos que ainda permeiam a nossa sociedade — mas entender buscando superá-los, buscando construir.

Para concluir essa minha primeira intervenção, quero dizer que acho fundamental debatermos o tema do preconceito e o tema da homofobia na sua relação com a educação e com a escola. Já foi dito aqui, e é verdade, que a escola é o espaço privilegiado da formação. Não é só na escola que formamos o cidadão, mas ela é, sem sombra de dúvida, um espaço privilegiado.

Quanto mais o preconceito e a homofobia se manifestam dentro da escola, mais nós mostramos que estamos enfrentando o desafio com pouco resultado. E precisamos refletir sobre isso.

Nós temos de discutir a escola sem homofobia. Na minha compreensão — eu que sou da área da educação, sou professor —, para discutirmos a escola sem homofobia precisamos nos engajar para discutir tudo aquilo que falta à escola e que estimula muitas vezes a reprodução de padrões anteriores preestabelecidos. Precisamos continuar a luta para melhorar e solucionar isso. Não basta que nos unamos para discutir a escola sem homofobia. É preciso que essa unidade se dê para que discutamos que a escola precisa ter qualidade, que a escola precisa ter um professor bem formado, porque é por meio de uma formação sólida e consistente do professor, baseada em princípios e valores, que podemos desenvolver a nossa tarefa de educar e vamos ter uma escola evidentemente mais qualificada para enfrentar o problema da homofobia, uma escola que tenha professor sendo bem pago, que tenha os instrumentos necessários para que o professor trabalhe.

Então, discutir a escola sem homofobia, sem sombra de dúvida, no meu entendimento, pressupõe que exponhamos toda a situação da realidade escolar e educacional do nosso País, para que avancemos.



Estou concluindo meu primeiro mandato de Deputado Federal. Lastimavelmente, tenho visto que os dados de violência contra a população GLBT têm crescido. Desde que assumi aqui, em todos esses anos, tenho feito pronunciamentos baseados em dados coletados pelo GGB e por entidades que têm feito a pesquisa. A constatação é triste. De 2007 para cá, houve um crescimento superior a 62% em termos de violência e crimes praticados contra a população GLBT. Isso pode e deve assustar todos nós. Temos de lamentar que, por mais que tenhamos conseguido ocupar espaço, falar, isso ainda continua crescendo. Mas isso também é sintoma de que o fato de estarmos falando mais, termos criado mais espaços como este em que estamos agora tem dado oportunidade para que as pesquisas avancem e os números sejam catalogados. Antes, talvez, os números não fossem tão grandes porque os dados não eram computados com as especificidades dos crimes cometidos.

Espaços como este são fundamentais. Parabenizo todos que se envolvem e se engajam para que eles sejam bem sucedidos. Espero que tenhamos, sim, um bom seminário.

Vamos, sem mais delongas, passar às regras de condução dos trabalhos da Mesa. Cada expositor deverá limitar-se ao tema em debate e terá o prazo de dez minutos, sem possibilidade de aparte nesse momento. A Mesa vai informar quando faltarem cinco e dois minutos respectivamente para o término da fala para que cada expositor possa se programar. Quero lembrar que a *Agência Câmara* está transmitindo o evento ao vivo, fazendo sua cobertura jornalística em tempo real. Os internautas poderão encaminhar perguntas aos participantes do seminário por meio do *e-mail* [pergunte@camara.gov.br](mailto:pergunte@camara.gov.br), com o campo Assunto CLP. As perguntas serão direcionadas aos Deputados que integram a Comissão, para que possam redirecioná-las aos convidados no momento do debate.

Após o esclarecimento das regras, passamos às exposições.

Neste momento, quero passar a palavra ao Sr. Carlos Laudari, Diretor da Pathfinder do Brasil, que fará sua exposição sobre o projeto Escola sem Homofobia e também apresentará o trabalho da Sra. Margarita Díaz, Presidente da ONG Reprolatina, que não pôde estar conosco no dia de hoje. Ele terá o tempo de vinte minutos para fazer sua exposição.





É uma satisfação tê-lo aqui.

**O SR. CARLOS LAUDARI** - Muito obrigado, Deputado Abicalil.

Prof. André Lázaro, Lena, minha colega, companheiros e companheiras do movimento, companheiros e companheiras que são contra a homofobia, todos juntos, é um prazer estar aqui meio que com missão cumprida. O projeto Escola sem Homofobia acabou em setembro. Foi uma das coisas que peguei com mais carinho e atenção na minha vida. Sou médico de formação, sou ginecologista, sempre acreditei no direito de as mulheres terem acesso aos métodos de contracepção. Acredito nesse direito. Também trabalhei muito com AIDS. Acredito no direito que toda pessoa tem de acessar os insumos de prevenção e tratamento para a AIDS. Mas esse direito de ter uma vida normal simplesmente porque sou GLBT, enfartei. Para se ter uma ideia, ano passado enfartei. Claro, não foi o projeto que me fez enfartar, mas nunca peguei uma causa com tanto amor, com tanta vontade, com tanta certeza de que o que eu estava fazendo era certo. Eu gostaria que todo mundo aqui tivesse a mesma sensação.

Antes de começar, eu estava falando com a jornalista lá fora: eu acho o cúmulo nós ainda termos de batalhar por um direito que, sou eu, eu sou *gay*, está vendo, pelo amor de Deus! Como é que — vocês vão ver nas escolas, a pesquisa vai mostrar — uma pessoa, por ser o que é, do jeito que eu nasci... Como aconteceu — e eu já contei isso aqui no ano passado —, um menininho de 8 anos, se eu não me engano no Espírito Santo, porque era efeminado, foi jogado por seus coleguinhas na lata do lixo da escola.

Para mim, essa história é patognomônica do horror que é ser *gay* numa escola brasileira hoje. O menininho não roubou, não agrediu, não brigou, não fez nada. Ele era o que era, e por causa disso ele foi cair no lixo. Pensem na cabeça desse menino. Não pensem nem que ele é seu filho, que ele é seu sobrinho, que ele é seu afilhado. Pensem que é você. Como vocês se sentiriam sendo jogados por todos os seus colegas no lixo, por ser o que você é? E você nem sabe o que é sexo, com 8 anos não sabe. Você já é recriminado, agredido, apedrejado! É um horror. É um horror.



Então, eu realmente aprecio e bato palmas para esta Casa, por novamente abrir este espaço para se discutir questão trágica, que é a homofobia, principalmente na escola.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou apresentar rapidamente o projeto, contar o seu histórico. O projeto Escola sem Homofobia é o resultado de uma grande posição política da ABGLT, trabalhando junto a esta Casa e ao Ministério da Educação. Foi então aprovado pela Comissão de Legislação Participativa. Na verdade, a emenda era de 3 milhões, mas só foi aprovado 1 milhão e 900 mil. Vamos deixar bem claro isso: 1 milhão infelizmente não foi disponibilizado.

O convênio foi gerenciado pelo FNDE, e as organizações da sociedade civil parceiras eram a ABGLT, com o papel político; a Pathfinder, que eu aqui represento, estava gerenciando o projeto; a Ecos, que ficou responsável pela produção dos materiais e a capacitação — a Lena vai apresentar isso depois; e a Reprolatina, que era responsável pela pesquisa. E também nós, de uma certa maneira, representamos a Gale International, que é uma rede de pessoas no nível internacional que trabalham contra a homofobia no ambiente escolar.

Qual era a finalidade do projeto? Contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia, pelo Ministério da Educação, por meio de ações que pudessem promover ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no ambiente escolar brasileiro.

Para isso, nós tínhamos definido dois produtos importantes. Primeiro, um conjunto de recomendações para políticas públicas, que seriam derivadas tanto da pesquisa que eu vou apresentar em seguida, como de encontros regionais que foram realizados por todo o Brasil logo no começo do projeto. Um outro produto, uma estratégia de comunicação implementada para trabalhar a homossexualidade de forma mais consistente junto aos contextos educativos; que pudesse haver uma certa repercussão nos ambientes escolares em relação à homofobia.

Bom, já falei da pesquisa e dos encontros regionais. Os encontros regionais — eu queria ter mais tempo — aconteceram em cinco cidades, das cinco regiões. O primeiro foi em Curitiba. Há várias pessoas, aqui, que participaram desses



encontros. Pusemos juntos, durante dois dias, pessoas do movimento LGBT e pessoas da educação. Pudemos discutir frente a frente situações de homofobia, pensar em planos estratégicos locais, o que foi muito interessante. Já se começou uma discussão. Então, esse foi o encontro da Região Sul em Curitiba; o encontro de São Paulo, na Região Sudeste; o encontro de Belém, na Região Norte; o encontro de Salvador, na Região Nordeste; e o encontro de Brasília, em que o Deputado Abicalil esteve presente, além de vários outros Congressistas desta Casa.

Para concluir, quero dizer que o projeto terminou em setembro.

Apenas faço um comentário para reflexão. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer muito mesmo, do fundo do coração, a paciência da SECAD que esteve conosco. Não foram momentos muito fáceis. Houve momentos de atrito, momentos de tensão, mesmo, mas acho que sempre o movimento, pelo menos os parceiros foram tratados com o maior respeito pela equipe do Prof. André Lázaro.

Uma coisa entendemos, e esse é o grande problema, Prof. André Lázaro: a implementação dessas coisas não está nas mãos do Ministério da Educação, mas nas mãos das Secretarias Estaduais e Municipais. O Ministério pode ir até lá.

Então, realmente, eu gostaria de saber, depois, como poderemos fazer com que não somente as políticas, mas o material que foi criado e que — acabei de saber — foi totalmente aprovado vai poder ser implementado.

Vamos passar imediatamente para a pesquisa. Antes, quero desculpar-me aqui, porque não sou da área de pesquisa, estou representando Margarita Díaz, que, infelizmente, não pôde estar presente. Ela já fez a devolutiva da pesquisa nas 11 cidades onde essa pesquisa foi feita. Infelizmente, no dia de hoje, ela está impossibilitada de estar presente e envia um abraço a todos.

A pesquisa foi feita em 11 cidades: Manaus e Porto Velho, na Região Norte; Recife e Natal, na Região Nordeste; Goiânia e Cuiabá, na Região Centro-Oeste; São Paulo e Belo Horizonte, na Região Sudeste; Porto Alegre e Curitiba, na Região Sul.

Quando a cidade do Rio de Janeiro percebeu que não estava incluída na listagem, de uma maneira bem interessante, ofereceu-se. A Secretaria de Direitos Humanos fez questão de bancar todos os cursos relacionados em relação à pesquisa. Então, o Rio de Janeiro entrou como a 11ª cidade da pesquisa.



Quatro escolas, em cada cidade, foram escolhidas aleatoriamente, considerando-se a qualificação no IDEB. Então, duas escolas do IDEB ficaram com percentual maior que 75; uma central e uma periférica; duas escolas de IDEB baixo, menor que 25, também, na medida do possível, uma central urbana e outra periférica, e, sempre que possível, duas escolas estaduais e duas escolas municipais. Então, a amostragem das escolas foi o mais representativo possível nas capitais do Brasil.

Vemos imagem da equipe da Reprolatina. Sentada no meio é a Profa. Margarita Díaz. Houve uma capacitação de pessoas do movimento social na aplicação dos instrumentos, em Campinas, uma oficina bem interessante. Ali está a Margarita Díaz, que era a investigadora principal, e os coordenadores Magda Chinaglia e Juan Díaz.

O objetivo da pesquisa era conhecer a percepção da equipe docente, autoridades e estudantes do 6º ao 9º anos da rede pública de ensino sobre a situação da homofobia no ambiente escolar, com a finalidade de subsidiar ações do Ministério da Educação junto ao Programa Brasil sem Homofobia.

Repito que não a pesquisa não é quantitativa, não tem percentagem, é uma pesquisa eminentemente qualitativa, em que tentamos, de maneira bastante científica, captar o que existe de conhecimento e percepção sobre a homofobia na escola pública brasileira.

Marcos de referência. Programa Brasil Sem Homofobia.

A metodologia abrangeu as cinco Regiões do País, focou o Ensino Fundamental do 6º ao 9º. Participantes: toda a comunidade escolar, menos as famílias.

É importante termos continuidade com as famílias — é fundamental. Não adianta nada a escola não ter homofobia e o respaldo familiar não existir.

Vou repetir aqui o Prof. Luiz Mott. Não contem esse minuto. Luiz Mott diz assim: *“O jovem gay é o mais vulnerável de todos, porque ele é o único que apanha dentro de casa porque é gay”*. Precisamos trabalhar com a família, Prof. André Lázaro, é fundamental.

Foram feitas entrevistas individuais em profundidade com gestores, secretários, diretores, grupos focais, com educadores e estudantes, observações



dirigidas do ambiente — banheiro, biblioteca, vários grafites, tudo. Além disso, entrevistas informais com guardas, merendeiras, porteiros. Então, todo o ambiente escolar foi observado.

Repito: o que vou apresentar aqui é a mínima parcela do que o relatório final da pesquisa vai mostrar. Talvez ela não seja tão inclusiva como eu gostaria que fosse.

Resultados preliminares. Um total de 1.406 pessoas foram contactadas nas diversas formas: grupo focal, entrevistas, profundidades; 11 capitais, totais de pessoas de cada cidade; total de 1.406 pessoas.

Investigou-se ambiente escolar; política de educação sexual; diversidade sexual na escola; posturas, atitudes e práticas da escola perante estudantes LGBT; percepção sobre a reação da família perante filhos LGBT; homofobia na escola; causas e consequências da homofobia e o Programa Brasil sem Homofobia.

Ambiente escolar. Há uma grande preocupação das escolas com segurança. As escolas estão muito preocupadas com segurança, mas com poucas áreas verdes e de lazer. Não foram observados cartazes ou mensagens sobre direitos humanos, sexuais ou relacionados à sexualidade, à homofobia, à diversidade, à gravidez. Nada. Menos no Rio de Janeiro, em que foram vistos cartazes em algumas escolas.

Imagens e símbolos religiosos na maioria das escolas. Pergunta-se: a escola pública é laica ou não?

Pichações nos banheiros, carteiras, na maioria das escolas, de conteúdo afetivo, sexual, religioso ou narcotráfico.

Foram observadas cenas de discriminação em várias escolas, inclusive agressão física homofóbica durante os trabalhos na escola. Bibliotecas são organizadas com pouquíssimos livros sobre sexualidade, alguns bem desatualizados.

Os pesquisadores — a maioria do movimento LGBT —, em alguns momentos, tinham de trabalhar como psicólogos deles. Eles saíam das escolas arrasados, chegavam em suas casas e choravam ao ouvir o que os professores diziam.

Setor de política de educação sexual. Existem políticas públicas, mas mesmo nas capitais, onde estão bem definidas, não são conhecidas nem implementadas.



Aqui, tudo o que está itálico são dizeres das pessoas.

*“Formalmente, em sala de aula, poucos são os professores que abordam alguma coisa e algo específico não tem”. “Bom, eu não sei se há essa política aqui em Natal, não tenho conhecimento”. “Política pública não existe, está engatinhando”. “A questão da sexualidade fica nas mãos dos professores, principalmente de ciências”. “Houve consenso de que educação sexual não é realizada de maneira sistemática na escola”. “Há desconhecimento dos referenciais teóricos”. “Aqui, ninguém fala com a gente sobre isso”. “Nunca teve isso aqui”. “A gente não tem referencial teórico, é o conhecimento do professor”. “Nós não temos subsídio”. “O sistema educacional não percebeu a necessidade de colocar não só aqui, mas em todas as escolas”.*

Isso foi muito interessante. Os professores, na sua grande maioria, estão implorando mais conhecimento sobre a área. Eles não sabem e não se metem.

Os principais motivos apontados para a não realização da educação sexual na escola foram: falta de preparo, tempo, interesse dos professores e o próprio preconceito de professores e estudantes. Há momentos na sala em que se percebe a sexualidade na pele. Falando por mim, percebo que eu deveria tocar no assunto, mas não sei como fazer isso. Até porque há outros problemas na escola, e não há tempo para discutir.

Vejam, se hoje eu sou professor de ciências e vou falar sobre fotossíntese e houve uma briga 5 minutos atrás, em que um menininho é espancado por outros dois, entram todos na sala, todos sabem da história, mas eu tenho de falar da fotossíntese. É o currículo! Não dá para parar a aula. Então, o professor, mesmo que ele queira abordar o assunto, não pode fazê-lo. Esse é um grande problema.

Outros motivos identificados para não realização da educação sexual: falta material; temor da reação das famílias, às vezes nem fundamentado, mas existe; e o temor do incentivo ou estímulo para a atividade sexual.

Um professor começou a dar aula de educação sexual na escola e levou um boneco do corpo humano para trabalhar com ele. No dia seguinte, uma mãe veio à escola acusar o professor de estar incitando sua filha a ter relações sexuais.

O tema da diversidade sexual não é discutido na escola. Os motivos apontados são: preconceito, falta de preparo, temor do incentivo. O tema não consta



dos livros didáticos. *“Diversidade sexual, não; só com esse objetivo de diversidade, não. Nós trabalhamos com direitos humanos, mas diversidade sexual, não.”* O professor não quer trabalhar nisso.

Recomendações: informação para a comunidade escolar, incluindo as famílias, formação continuada dos professores. Tudo isso está no relatório.

Diversidade. Em geral, havia desconhecimento dos conceitos, orientação sexual e identidade de gênero, conforme definidos os marcos da pesquisa. A sigla LGBT é pouco conhecida. Gênero é o jeito da pessoa, a personalidade.

Existe uma invisibilidade dos estudantes LGBT nas escolas. A percepção é que a quantidade de *gays* é muito pouca, mas é maior do que a de *lésbicas*. Não foi visto nenhum travesti ou transexual nas 44 escolas analisadas. *“Nunca existiu na escola um caso de gay ou lésbica, porque os alunos daqui são muito novos. É depois dos 15 anos que você vira gay.”* *“O homem, para diagnosticar, é mais fácil, percebemos alguma coisa.”*

Então, realmente, é muito invisível. O aluno *gay* ainda tem medo de aparecer, e a aluna travesti nem vai à escola.

Percepção da escola como ambiente hostil. *“Travestis frequentam essa escola ou não?”* *“Não, não, não, graças a Deus, não!”* Um aluno disse isso: *“Graças a Deus, não!”* Um aluno só fala isso porque ele ouviu de alguém. O que um menininho de 10, 12 anos sabe de travestis e transexualidade? Nada, mas ele acha que é ruim *“Não, graças a Deus!”* Estão vendo? *“Deus nos livrou desse mal”*. É um horror isso! Um horror!

Percepção da diversidade sexual com base nos estereótipos. *“Gay a gente conhece pelo jeito de andar, a própria anatomia, porque geralmente as lésbicas não têm cintura afinada”*. Um professor disse isso. Falta de compreensão do que é homossexualidade e olhar para a diversidade como anormalidade.

O sentimento de autoridades, educadores e de estudantes em relação à pessoa LGBT variaram, em uma escala que vai de normal até estranhamento, repulsa e nojo. *“Eu, quando vejo dois caras se beijando, acho supernojento.”* Isso, disse um estudante. Uma professora de Goiânia disse: *“Eu não acho normal, eu não acho bonito. Eu não. Para mim não é normal. Eu acho que Deus fez o homem e a mulher. Só, só.”* Eu não sei de onde a gente veio, Keila, do capeta, eu acho.



Postura, atitudes da escola perante estudantes. Não há uma diretriz oficial. A postura da escola é tratar todos com igualdade e respeito, mas, na prática, a escola dificulta que estudantes LGBT assumam sua orientação sexual. *“Se o comportamento deles fosse condizente com o dos outros normais, não haveria problema”*. Que tipo de escola é essa que para eu ser aceito tenho que ser outro?

É consenso de que a reação dos pais — isso é muito importante, consenso — frente à descoberta da homossexualidade do filho ou da filha é quase sempre negativa. Tenho o caso de uma menina que, ao se descobrir estar apaixonada por uma colega de 17 anos se matou, porque a família não aceitava, desde pequena, aquele, entre aspas, *“jeito de ser dela”*. Ou seja, os professores usam a desculpa da família tirando a sua responsabilidade.

Homofobia na escola. A maioria das pessoas desconhece o conceito de homofobia, entretanto algumas respostas foram próximas ao conceito. Então: *“Até que isso existe.” “Horror a qualquer gay.”* Uma pessoa que não aceita gay. De certa maneira, o conceito de homofobia é conhecido.

Existe a homofobia na escola, mas, de certa forma, é negada, primeiro, pelo discurso que refuta a existência de LGBT estudantes *“Não, aqui não tem estudante LGBT, então, não pode ter homofobia.”* Em segundo lugar, as expressões de homofobia são muitas vezes minimizadas. Ouvimos tudo isso. Se eu ouço um estudante dizer, com todo respeito, pelo amor de Deus: *“seu pretinho fedido”*, eu posso ser expulso da escola; mas se eu ouço o estudante dizendo *“seu veadinho mariquinha”*, *“Ah! Estão brincando”*. Por quê? Por que o coitadinho do outro pode ser agredido e o outro não? É o cúmulo!

A percepção da homofobia na escola é maior entre os estudantes que as autoridades. Os estudantes sabem mais que a homofobia está lá que os professores. *“Teve outra vez que ele apanhou, veio à Secretaria e falou, mas não adiantou muito. Ele foi para outra escola, trocou de turma, mas não adianta, os garotos pegaram e bateram nele mesmo.”*

Quer dizer, no relacionamento entre pares é muito mais comum perceber-se a homofobia, porque não se fala isso na escola, ninguém vai reclamar.

Houve a percepção de que a escola é omissa em relação à homofobia.





A homofobia é vista como fenômeno natural. Existe uma influência religiosa importante, a culpabilidade da população LGBT.

Causa e consequências. “*Isso é coisa do diabo*”, disse um professor de Porto Velho. Acho que é um certo machismo dos homens, mas muito forte.

As consequências da homofobia relatadas foram: tristeza; depressão; baixa autoestima; perda de rendimento escolar; evasão escolar; violência e suicídio.

Programa Brasil sem Homofobia. Poucos ouviram falar do Programa, ninguém identificou nenhuma atividade promovida diretamente e quase ninguém conhece ONGs do movimento social LGBT.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS LAUDARI** - Foi feita onde?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS LAUDARI** - No Brasil mesmo. Outros *bullyings* também: *bullying* contra negros... Veja: “*Ele é meio brigadeirinho.*” “*Ele é o mais inteligente.*” “*O negrinho, coitadinho.*” Que horror essa frase!

Vamos discutir sobre *bullying* amanhã de manhã. É constante, a escola ainda é um sofrimento para quem não seja o ideal, o perfeito, que nasceu com apgar 10, 10, 10.

Achados relevantes. Professores e estudantes relataram que foram buscar informações sobre o tema. Vários entrevistados mencionaram que pela primeira vez tiveram oportunidade. Durante o processo do projeto, recebemos centenas de e-mails de professores do Brasil inteiro, até de Fernando de Noronha. “*Que bom! Sou professor e estou querendo saber lidar com esse problema.*”

É o que acontece. A escola pública está aqui, as políticas públicas de um lado, as escolas lá, e esse vácuo.

A Margarita pôs uma frase do Paulo Freire: é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a sua fala seja a sua prática.

Há um ano e meio mais ou menos, vocês se lembram daquele caso do menino em São Paulo, por coincidência, pego um programa da *Rede Globo*, um menininho de 15 anos que se suicidou e sofria *bullying* homofóbico na escola. Era um menino negro, escreveu uma cartinha para a avó, muito triste. Ninguém mais fala



nele. Naquele mesmo momento, por coincidência, eu estava nos Estados Unidos, e um loirinho americano se suicidou também por *bullying* homofóbico. A família processou a escola. A escola deixou que ele se suicidasse. Aqui nem sabemos onde está a família do coitado brasileiro que se suicidou. Provavelmente teriam vergonha de processar a escola, porque teve vergonha de assumir que o filho era *gay*. Um horror!

Temos muito que caminhar.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado.

Quero registrar que já chegam à Mesa perguntas formuladas, por meio da *Agência Câmara*. Daqui a pouco vamos ver que tratamento daremos a elas para considerá-las também para o debate.

Concedo a palavra ao Dr. André Lázaro, Secretário Nacional da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, para que faça sua exposição sobre as diretrizes da Conferência Nacional da Educação sobre Diversidade Sexual na Escola

V.Sa. disporá de 10 minutos, e avisamos quando estiver finalizando.

**O SR. ANDRÉ LÁZARO** - Sr. Presidente, voltando ao tema, primeiro quero agradecer sinceramente as palavras do Laudari, porque durante muito tempo nos comunicamos para enfrentar os problemas. Acho muito bom que registre que tivemos vários problemas, mas que foram enfrentados num quadro de respeito. Há uma dificuldade. Qual é?

Quando a saúde entra no debate da sexualidade e da questão da diversidade sexual, em geral se entende o seguinte: ela está entrando preventivamente. Então, a saúde pode. Quando a educação entra, o olhar é: a educação está querendo convencer as pessoas a tomarem determinada orientação, etc. Então, enfrentamos de fato uma dificuldade que não é pequena.

Saúdo muito o trabalho de vocês, o MEC já havia feito uma grande pesquisa sobre preconceito e discriminação na escola, via INEP e FIPE. A pesquisa chegou a resultados quantitativos que traduzem essas falas em números e, de fato, os números são assustadores, são muito altos.



Eu comentava com o Deputado Abicalil, que é educador e comprometido com a educação, que fico numa situação muito ambígua quando acompanho — e acompanho — várias dessas pesquisas, porque, por um lado, conheço escola pública. Fui professor no Rio de Janeiro, dava aula em Paquetá, numa escola pública estadual, que funcionava num prédio municipal, onde as cadeiras eram menores que os alunos, porque eram cadeiras de crianças, e o aluno do ensino médio sentava nelas e não se encaixava.

Costumo dizer que a primeira violência que vemos na educação é do Estado contra os educandos, porque não dá condições, não oferece o mínimo. É a primeira atitude de violência. Daí para frente, parece que as violências vão se tornando legítimas, porque o próprio Estado cria uma condição do professor, etc.

Ao mesmo tempo, a minha ambiguidade é, como diz o Ministro Fernando Haddad com frequência, e quero repetir aqui: os melhores professores do Brasil são os professores do Brasil. Nós não vamos ter como importar 1 milhão e 900 mil professores, temos de conseguir trabalhar com eles. Esses preconceitos com certeza não nasceram na escola. Eles se consolidam na escola, se formam na escola. O nosso desafio é saber: nós estamos conseguindo combater esse preconceito na escola? Estamos conseguindo enfrentá-lo?

Temos duas respostas a dar. Uma do ponto de vista mais institucional e normativo. Então, essa pesquisa é preciosa para nós, porque vai trazer do chão da escola um conjunto de informações e recomendações; do ponto de vista político, a Conferência Nacional de Educação foi extraordinária, muitos estavam lá, uma coisa muito bonita a que assistimos. Foi uma união de forças ampla, o Movimento LGBT, o Movimento do Campo, o Movimento Negro; 99% das vezes votamos todos juntos, com pouquíssimas divergências, o que acho que é memorável. Por outro lado, do ponto de vista da nossa responsabilidade institucional, como MEC, trabalhar na produção de material, formação de professores. E temos feito isso.

Disponho de dez minutos e serei breve, mas quero registrar alguns fatos. O primeiro fato significativo foi que em 2005 começamos a fazer formação de professores nessa área. Estamos trabalhando desde 2005, temos um conjunto de números e valores, mas acho que não é relevante falar em números e valores, porque seria um pouco reduzir a discussão a uma dimensão que não é a adequada.



Então, temos trabalhado na formação de professores, criamos — e o crédito deverá ir para a Ministra Nilcéia Freire, da Secretaria das Mulheres, que propôs, e fizemos juntos — o curso Gênero e Diversidade da Escola. Esse curso é hoje oferecido pela rede de Educação a Distância para todo o Brasil, já está na terceira edição, já chegamos a mais de 30 mil vagas para professores.

Para quem não tinha nada, 30 mil é uma grande conquista; para quem tem que chegar a 1 milhão e 900 mil é um trabalho.

Qual o desafio que sinto hoje ainda? Quero registrar em para não perder muito tempo. Primeiro, acho que temos um desafio com as universidades brasileiras. Não sinto essa agenda interiorizada no debate da formação de professores. Ela não está na universidade brasileira como deveria estar. Há grandes avanços, na nossa UERJ, por exemplo, o Reitor Ricardo Vieiralves baixou uma portaria regulamentando a questão do nome social em toda a universidade; a questão de uso de banheiro, inclusive, ele regulamentou para garantir aos travestis o seu direito. Mas isso ainda está na esfera política, não conseguimos ainda chegar à esfera pedagógica. O cotidiano da formação de professores ainda não interiorizou esse debate de modo, a meu ver, satisfatório. No entanto, estamos trabalhando, a formação de professores. Continua a produção de material didático.

Quero saudar, aqui, parabenizar as pessoas e as instituições que serão hoje agraciadas com o Prêmio Diversidade Sexual na Escola. Tenho a alegria de que algumas dessas receberam financiamentos do MEC. E quando falo dessa alegria, é porque é obrigação do MEC financiar, mas a alegria é que esse investimento repercutiu no reconhecimento, aqui, e num prêmio.

Então, acho que tem de prosseguir um trabalho de formação de professores em larga escala. Nós temos não apenas formação do professor, mas também material indo para a escola. O DVD Escola tem material, feito pela *TV Escola*, sobre gênero e diversidade. Com a SPM, acabamos de criar um curso muito importante para nós, que é o curso de políticas públicas com recorte de gênero e raça. É um curso de especialização para gestores de política pública, tentando que esses gestores aqui entrevistados que ignoram o assunto, tentando que os gestores possam hoje estar informados dos desafios do preconceito de raça, do preconceito de gênero, com isso, mudar a escola.



Temos trabalhado também para que um conjunto de materiais didáticos possam dar um tratamento adequado a esse assunto. O que nós já conseguimos até hoje? Nós conseguimos impedir a discriminação no material didático. Isso é uma regra proibitiva. Não há material didático que sai do MEC com elementos negativos, relativamente ao racismo, à questão sexista e à questão da orientação sexual.

Não conseguimos ainda que o material didático seja informativo sobre o assunto. Isso aconteceu quando, lá atrás, começamos a ter mais atenção com a questão do racismo no material didático. O primeiro movimento das editoras foi simplesmente tirar os negros dos livros didáticos. Imagine contar a história do Brasil sem os negros! Que história seria? Não haveria história para ser contada.

Então, a primeira reação do livro didático foi fugir do assunto. Hoje, acho que ganhou um tratamento melhor, mas mesmo assim a questão é delicada. E eu quero aqui fazer uma referência. Recentemente, o Conselho Nacional de Educação, acolhendo a denúncia de um estudioso, levantou o problema do racismo no Monteiro Lobato. O racismo no Monteiro Lobato não é um acidente, não é um por acaso. O Monteiro Lobato era eugenista. Sabe o que é isso? Isso foi um movimento social, no início do século passado, que propunha que a melhoria do nosso País seria obtida pelo branqueamento da raça. Isso não era um cochicho no corredor, isso era um movimento organizado, com endereço, com manifesto, com gente que aderiu e se pronunciava. E Monteiro Lobato estava entre eles. Ele era militante do assunto. Eu nem sei se dá para chamar de racismo, porque é tão outra coisa, é tão mais grave, porque está apoiado numa pseudoconcepção científica da relação das raças.

Pois bem, quando o Conselho Nacional de Educação, por meio do parecer da brilhante Profa. Nilma Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais, diz que é preciso que o livro venha acompanhado de uma informação relativa ao contexto social e ideológico em que vivia Monteiro Lobato, em que a eugenia era uma política. Quando o parecer disse isso, vocês ouviram e leram o que a imprensa fez. A imprensa, parece, unanimemente, levantou-se para defender uma chamada liberdade artística. Como se colocar na introdução dum livro que ali há dimensões racistas fosse cercear a liberdade de alguém. Já há na introdução do livro a informação de que, ao contrário da época do Monteiro Lobato, hoje não se pode mais caçar onça. Mas parece que hoje se pode, ainda, xingar os negros. Caçar onça



não pode, mas xingar negro pode. Cada vez que a gente fala isso, a reação é “você querem censurar”.

Eu quero deixar claro — e eu acho, Deputado Iran, que essa é uma questão grave que vamos ter de enfrentar — que há em circulação um conceito de liberdade que exclui a diversidade. Não é a liberdade de o aluno ser *gay* na escola. Essa não pode. É outra liberdade. Não é a liberdade de denunciar o racismo. Não pode. Os ícones da cultura brasileira são impolutos, são inquestionáveis, são indiscutíveis.

Um país que não é capaz de rever sua tradição está condenado a repeti-la, e nós não queremos repetir o racismo. No entanto, esse conceito de liberdade é restritivo.

Acho que temos aqui um debate importante e difícil de enfrentar, porque temo que achemos que a escola vai resolver tudo. E aí, com o coração aberto e muita franqueza digo que há uma frase de Paulo Freire muito boa para ser lembrada nesta hora: “*A educação não vai mudar o mundo, agora, com certeza, sem ela nada vai ser transformado*”.

Qual é o equilíbrio entre dentro e fora da escola? Não tenho dúvida de que a pesquisa de que o MEC teve a honra de participar — quero agradecer aos senhores ser parceiro nela —, com todas as dificuldades que tivemos... Vale a pena contar a seguinte história: uma dificuldade que tivemos diz respeito a um dos materiais didáticos, um filmes, que trazia um beijo na boca.

**(Não identificado)** - Um beijo lésbico.

**O SR. ANDRÉ LÁZARO** - Um beijo lésbico na boca. Ficamos três meses discutindo até onde entrava a língua. *(Risos.)*

**(Não identificado)** - Não permitiram nem um selinho. *(Risos.)*

**O SR. ANDRÉ LÁZARO** - Não, selinho podia. *(Risos.)*

**(Não identificado)** - Cortaram a língua.

**O SR. ANDRÉ LÁZARO** - Não, a língua pode ser usada para falar, não para dar beijo. *(Risos.)*

Quis contar esse detalhe menor para saberem da delicadeza com que tratamos o assunto. É isto. Pode ter beijo num filme que vai ser passado para o ensino fundamental? Pode ou não pode? Reparem, os lugares que temos em torno do problema são distintos e o modo como vamos lidar com eles também.



Por isso, quero voltar ao ponto inicial da exposição de Carlos Laudari. Há um grau de tensão entre nós pelo lugar que ocupamos que é fundamentalmente necessário. Nós não vamos avançar sem tensão. Seria ilusório eu chegar aqui e dizer que o MEC vai acolher tudo. Seria mentira, e ninguém merece mentira. Há um grau de tensão. Qual é esse grau? Qual é o ideal desse grau de tensão?

Acho que vamos aprofundar o assunto no diálogo e no respeito. E há que se aprofundar esse diálogo, porque também não adianta produzir material avançado porque chega à escola e vai ser guardado dentro da gaveta, e ninguém vai ter acesso a ele. Não adianta.

Vi recentemente um material de DST/AIDS dos anos 80. Tenho uma comadre querida que era ilustradora à época. É 10 mil vezes mais avançado do que estamos fazendo hoje! Tinha posição sexual, órgãos sexuais desenhados. Os anos 80, nesse particular, estava muito mais adiante do que estamos hoje. Muito mais avançados.

Precisamos recuperar esse terreno, que não vai ser recuperado sem tensões entre nós e com a sociedade. Eu acho que nós que temos o compromisso da garantia dos direitos humanos, das liberdades e da educação para todos; temos de construir uma agenda de trabalho na qual essas tensões tenham como resultante a construção de produtos, como acho que foi o caso da nossa parceria.

Quero agradecer muito a parceria que tivemos e a atitude combativa de Carlos Laudari, Lena Franco e os demais. Quero lhes agradecer o modo como enfrentamos isso junto e desejar que o próximo Governo não perca essa agenda.

Tenho certeza de que com a base parlamentar e com o movimento social que temos, nós não vamos recuar. Agora, eu acho muito importante não perder os espaços conquistados.

Temos no MEC o GT do Brasil sem Homofobia, em torno do qual se sentam representantes de movimentos sociais, de universidades e de cada uma das Secretarias do MEC. Não é só a SECAD que fica lá isoladamente. Estão a SESU, representantes da educação profissional e tecnológica, da educação básica, da educação especial. Temos procurado construir, desse modo institucional, uma política consequente e com resultados para a garantia dos direitos.

Eu acho que há muito ainda que tocar para a frente. Mas não quero perder o que conquistamos: uma agenda, um espaço institucional de negociação e de



controle social de política. Eu acho fundamental que não percamos esse espaço e que construamos, para a frente, uma agenda positiva.

Muito obrigado aos senhores pela atenção e pelo trabalho feito. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, André Lázaro, pela contribuição.

Aproveito a oportunidade para, muito feliz, registrar a presença da Senadora Fátima Cleide e da Deputada Luiza Erundina, que já está aqui conosco, acompanhando esta audiência. *(Palmas prolongadas.)*

André, eu já disse que chegaram aqui alguns questionamentos feitos pelos leitores da Agência Câmara de Notícias. Vou me permitir, muito rapidamente, passar algumas considerações que chegaram direcionadas ao Secretário.

Temos aqui uma que vem de João Pessoa, na Paraíba, da parte do Cleudo Gomes. Ele diz que, desde 1997, existem os parâmetros curriculares nacionais, inclusive com uma parte dedicada ao tema transversal sobre a orientação sexual. Diz que ainda é muito difícil perceber a homossexualidade e homofobia sendo discutida na escola. E questiona por que isso ainda acontece.

Vem uma outra pergunta de Pontal, em São Paulo, do Justo Favaretto Neto, que diz:

*“Segundo a Coordenadora dos Direitos Humanos do Ministério da Educação, desde 2005 o MEC vem implementando ações contra a homofobia, e entre essas ações estão a capacitação de professores sobre o tema e produção de material didático para dar suporte à implementação das ações. Por que os professores ainda não foram capacitados e por que as escolas não receberam o material didático?”*

Ainda tem mais uma, André, direcionada a você, e esta vem de Lucas Ávila:

*"De que maneira é possível reduzir a homofobia dentro das escolas particulares, já que o MEC não pode impor um programa de combate à homofobia nestes estabelecimentos? Digo isso porque muitas dessas escolas, principalmente as filantrópicas, são comandadas ou dirigidas por congregações ou*





*grupos religiosos, que não aceitam a homossexualidade como uma conduta natural do ser humano."*

O André havia comentado que vai precisar se retirar, mas, para não ficar sem resposta, acho que caberia um rápido comentário sobre esses questionamentos.

**O SR. ANDRÉ LÁZARO** - Primeiro, quero agradecer a V.Exas. a audiência, porque é fundamental que estejamos sendo assistidos e vistos por outros. De fato, os parâmetros regulares orientam, e agora recentemente o Conselho Nacional de Educação acaba de aprovar diretrizes curriculares para a educação básica, em que as questões dos direitos humanos e da diversidade sexual estão incluídas. Então, avançamos nesse sentido.

É importante lembrar o seguinte: no sistema de ensino brasileiro, União, Estados e Municípios há responsabilidades distintas. Eu recebi, há 2 anos, um Procurador da República de São Paulo que veio cobrar do MEC um conjunto de ações com relação ao respeito à diversidade sexual. Eu mostrei o que estávamos fazendo — e não era pouca coisa — e perguntei: *"Por que você veio ao MEC e não à Secretaria Estadual de Educação em São Paulo?"* Ele disse: *"Porque lá eu sei que não vai acontecer nada. Então, eu vim ao Ministério da Educação, porque sei que aqui vai acontecer alguma coisa"*.

Portanto, há um desafio a enfrentar, que é lidar com diferentes níveis de poder e com pressão equivalente a todo o mundo. Eu não quero menos pressão sobre o MEC, mas quero uma pressão equivalente na Secretaria Estadual, porque o professor é da rede estadual, e quem define o currículo é a rede estadual. E o MEC não pode impor. Em alguns Estados brasileiros, por exemplo, rejeitam o programa de livro didático do MEC. Minas Gerais rejeita o programa de livro didático do MEC e tem o seu próprio. Então, tem um combinado aí. Eu quero pedir aos colegas especialistas em educação, que militam na área há muito tempo, para avançarmos no debate do regime nacional articulado. É por aí que podemos caminhar para conseguir ganhar alguma organicidade no enfrentamento dos problemas.

Quanto à material didático, quero informar aos senhores uma coisa muito positiva. Tem muito material produzido. Eu vi há pouco sobre a mesa um livro da coleção *Educação para Todos*, que nós publicamos com vários especialistas. Creio que alguns que escreveram estão aqui conosco. Todos esses materiais estão



disponíveis no *site domínio público do MEC*. Pega o *domínio público do MEC*, entra lá em “assunto” e pergunta por diversidade sexual. Há um conjunto de livros voltados para a formação de professores, teses de mestrado e doutorado. Nós procuramos distribuir para todas as biblioteca públicas escolares o material didático produzido.

Com certeza, a partir desse convênio que fizemos a respeito da pesquisa que o Laudari acaba de apresentar, haverá materiais para ser distribuídos nas escolas. Agora, chega à escola e vai para onde? Vai para estantes de acesso público ou a diretora é uma dessas que tem medo de falar do assunto e guarda o livro embaixo da cadeira? Há 190 mil escolas no Brasil.

Há uma coisa que o movimento LGBT faz muito bem: controle social. Chegou o material? Cadê o material? Está sendo usado? Eu acho que temos de ser capazes de tocar para frente.

Por fim, a questão das escolas confessionais é uma complicação maior ainda. A escola confessional é uma liberdade que a Constituição concede: que se constituam escolas particulares. De início, essa escola confessional informa sua escolha confessional. A despeito de o Papa ter simulado um pequeno avanço em admitir a camisinha — sua popularidade vai mal e ele tentou obter um ganho político dizendo: “*Não, camisinha pode em algumas circunstâncias*” —, a maioria das escolas confessionais tem sobre esse assunto uma posição clara. E, a não ser que haja uma lei determinando que todas as escolas tenham tal ou qual comportamento, não é possível querer que uma escola de orientação religiosa, que condene a prática homofóbica, seja propositiva nesse campo. Há exceções: a PUC do Rio de Janeiro, por exemplo, é mais aberta com esse assunto, tem um debate mais claro, mas para o ensino fundamental é mais complexo.

Quero agradecer a atenção aos expectadores que encaminharam essas questões e pedir que, no caso de material didático, não deixem de buscar no domínio público, mas que também perguntem às Secretarias Estaduais: “*Cadê o material de formação do MEC?*” Material nós temos produzido. Agora, são 190 mil escolas. O material está chegando a todas elas? Ao chegar, está sendo destinado?

Acho que é fundamental que o controle social se exerça e possa cobrar. Por exemplo, no MEC tem um GT Brasil sem Homofobia. As Secretarias Estaduais têm



algum GT sobre diversidade sexual? Em algum lugar tem alguma organização de controle social? Rio de Janeiro? O Paraná está constituindo.

Sei que as Secretarias já admitiram e incluíram a questão do nome social na chamada, orientando para isso. São 18 Secretarias, começando pelo Pará. Nossa querida Pila foi a primeira a colocar a bola em campo e assinou. Algumas universidades já estão formalizando esse direito de inclusão do nome social em chamada. Talvez seja uma diretriz interessante pedir que as Secretarias Estaduais constituam grupos de trabalho para o acompanhamento da formação de professores, a questão do registro do nome social dos travestis e outras políticas.

É legítimo e necessário pressionar o MEC. Não estou pedindo trégua. É isso mesmo, desde que consigamos dialogar, é isso. Tem que ter tensão, sem dúvida. Agora, o que estou pedindo é que não seja só a gente. Que as Secretarias Estaduais também tenham que responder por aquilo que a Constituição lhes atribui como responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Secretário, pela contribuição e pela atenção com os internautas. (*Palmas.*)

Passo a palavra à Sra. Lena Franco, da ONG ECOS — Comunicação em Sexualidade, para o lançamento dos materiais didáticos do projeto Escola sem Homofobia.

**A SRA. LENA FRANCO** - Boa tarde a todas as pessoas, aos Parlamentares e especialmente às Parlamentares. Fico muito contente de ver mulheres aqui em posição de poder. Nós precisamos de mais mulheres.

Quero dizer que a ECOS se sente muito honrada em ter participado desse projeto. Eu e uma colega da ECOS, Vera Simonetti, cuidamos da coordenação da criação do material educativo que fez parte desse projeto. Ele é composto por um caderno — *Escola sem Homofobia*; um conjunto de seis boletins; cinco audiovisuais, que estão nessa caixinha provisória com versões demo; uma versão em cartaz para a escola, que eu não tenho aqui agora; carta para o educador e educadora e uma embalagem na qual são colocados materiais que a Diretora ou o Diretor responsável pela escola recebe com uma carta de encaminhamento.

Antes de mais nada, queria dizer também que a ECOS é uma organização não governamental que existe há mais de 20 anos. Na sua formação têm várias



feministas. Somos ligados ao movimento feminista até hoje. A ECOS, assim como outras instituições, fez e faz diferença na questão da educação neste País, é referência na criação de materiais educativos para tratar dos temas ligados à sexualidade, principalmente educação sexual, uma das nossas bandeiras há mais de 20 anos.

Nessa temática LGBT, a ECOS está criando material e capacitando educadoras e educadores da área da educação e da saúde desde 1995, quando criamos o nosso audiovisual *Boneca na Mochila*. Podemos dizer que ele é um *Blockbuster* conhecido em nosso País e em toda a América Latina. Apesar de ser de 1995, é um material superatual, cuja temática gira em torno de uma mãe que é chamada à escola porque o filho de 6 anos de idade foi encontrado no banheiro brincando com uma boneca na mochila. Isso é um mote para se discutir os assuntos ligados à temática da sexualidade.

Eu gostaria de ler para vocês um pedacinho de um texto que colocamos na apresentação desse caderno, porque vem bastante a calhar com o tema sobre o qual estávamos conversando aqui até agora e com a questão da homofobia e outras formas de violência. Diz o seguinte:

*“Nesse aspecto, a homofobia reflete a mesma lógica violenta de outras formas de inferiorização, como o racismo e o sexismo, cujo objetivo é sempre o de desumanizar o outro. No entanto, observa-se uma diferença fundamental: enquanto uma vítima de racismo é acolhida e confortada por sua família, a vítima de homofobia, com raras exceções, não encontra em sua própria casa a compreensão e o apoio necessários para o seu conforto. Depreende-se daí o papel fundamental que uma escola verdadeiramente cidadã tem de desnaturalizar a homofobia para além dos seus muros.”*

Então, isso para nós é muito importante, assim como é importante trabalharmos essa questão também além da escola. A ECOS pensa e também quer muito criar material para trabalhar a questão com a família, porque é muito importante trabalhar a escola, mas precisa trabalhar todo seu entorno.



O *kit* de material educativo que criamos é bastante complexo pelo seguinte. Entendemos que há material para o professor trabalhar essa temática na escola por pelo menos uns três, quatro anos. Ele não precisa fazer esse trabalho o tempo todo. Ele pode fazê-lo uma vez por mês, uma vez por semana. O material permite vários tipos de combinações, os audiovisuais vêm acompanhados de guias de orientação, com sugestões de práticas e de discussão. O material é bastante completo não só para o aluno, mas principalmente para o entorno. Há alguma coisa direcionada à família, como esse *Boneca na Mochila*, mas, de fato, precisa-se de um material mais específico.

Ficamos bastante contentes com a aprovação desse material. Agora, num segundo momento, o MEC precisa colocar essas 6 mil cópias, que a princípio vão ser impressas, à disposição das escolas. E a ECOS tem autorização para, imediatamente, uma vez aprovado, disponibilizar esse material via *Web* para todo o País. Aliás, não só para todo o País, mas para outros países também, para as pessoas que estiverem interessadas. Isso é importante.

Então, o material está à disposição. Logo mais estará em nosso *site* e todo mundo vai ter oportunidade de acessá-lo. A ECOS já capacitou 200 profissionais de todos os Estados brasileiros ligados à educação para a utilização desses materiais. A capacitação acabou agora em setembro, mas temos capacidade e vontade de continuar esse trabalho e estamos à disposição para isso.

Agora gostaria de exibir um dos audiovisuais. Acho que tem duração de 5 minutos. Passaremos o vídeo *Encontrando Bianca*, que faz parte dos três da série *Torpedo*, feito especialmente para esse projeto.

Espero que vocês apreciem e obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

(*Exibição de vídeo.*)

*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado. Com essa apresentação, então, está concluída a apresentação da Sra. Lena Franco, a quem agradecemos pela exposição.

Vamos agora ao último expositor desta Mesa, o nosso Deputado Carlos Abicalil, que é membro da Comissão de Agricultura.



S.Exa. tem também o tempo de 10 minutos para dar aqui sua contribuição a este debate.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL** - Amigos e amigas, a cada um uma grande e feliz saudação, 13 meses depois do nosso último encontro, dia 22 de outubro, num seminário similar a este, aqui mesmo no Plenário nº 3.

Quero dizer para aqueles que estão saindo dessa legislatura e não poderão retornar aqui na condição de Parlamentar, a partir de 1º de fevereiro do ano que vem — assim como eu, o Iran e a Fátima — que ter aqui a presença da Deputada Erundina, do Chico Alencar, do Jean, que está chegando, é para nós um estímulo para assinar todas as listas de presença nos próximos períodos em que esse debate estará sendo feito, institucionalmente, pela Casa que deve representar o povo. *(Palmas.)*

Isso significa que a chamada na Internet, no meu Estado de Mato Grosso, que disseminava como máxima “*Abortalil é gay*”, na campanha para o Senado, agora, no ano de 2010, ao invés de me entristecer ou de me deixar cabisbaixo frente aos desafios, me identifica cada vez mais com a superação do crime, do preconceito e da barbárie, do cinismo daqueles e daquelas que querem transformar a regra de convivência humana na absoluta intolerância e no protagonismo da ignorância.

Nós estamos aqui, chamados de maneira muito gentil pelo movimento, na representação da frente e como educador que ajudamos a constituir, junto com a Senadora Fátima Cleide, a Coordenação Nacional da Conferência Nacional de Educação, realizada este ano, que envolveu na sua base quatro milhões e meio de pessoas das mais distintas formas de representação nos ambientes escolares, universitários e fora deles e nas instâncias deliberativas sobre política educacional.

Quero aqui fazer um registro orgulhoso. Em meu Estado, André Lázaro — você pode anotar aí na sua lista — o Conselho Estadual de Educação aprovou uma resolução que orienta e determina o registro do nome social para os estudantes de todo o sistema educacional do Estado de Mato Grosso (*palmas*), nas instituições públicas e nas instituições privadas a este sistema vocacionadas. Portanto, excluem-se, lamentavelmente, as instituições de ensino superior privadas porque estas estão subordinadas ao Conselho Nacional de Educação.



Mas atitudes como essa e outras já registradas em nosso plenário nos informam que, se muito vale o que foi feito até agora, muito mais vale o que será feito. E todos nós estamos aqui para afirmar, como a Bianca dizia ali, um ponto de partida fundamental: todos somos diferentes de todos. E essa é a única base possível para se afirmar a igualdade, diferente da homogeneidade, da uniformidade, ou da pretensa eugenia com quaisquer das características que ela tenha tido, pretendendo-se naturalizar a existência humana; ou esgotar nas aulas de ciências um tema tão essencial, que é o das relações, da constituição da história, da convivência a partir e gerando valores, questionando, incomodando, portanto, permanentemente, sendo movimento.

Quero dizer aqui, Toni, que o título do prêmio que hoje, imerecidamente, eu fui avisado que estou na lista para receber, é um título no gerúndio: *“Educando”*. E o gerúndio, talvez, seja o tempo mais definitivo para a convivência humana, porque o gerúndio é o tempo da existência, o tempo do incômodo, o tempo do movimento, o tempo da mudança, o tempo, portanto, da afirmação de que tudo só é permanente enquanto dura e que no momento seguinte é bem diferente do que já foi. Aliás, a poesia brasileira tem inúmeras manifestações desse mesmo conteúdo, desta mesma pretensão de afirmação do humano.

Se nós queremos afirmar o ambiente escolar, que é um dos ambientes onde a educação se faz como uma educação que respeita a diversidade, em primeiro lugar a afirmação "por uma" — que é uma causa, um objetivo, uma pretensão, uma meta — informa que ela, portanto, hoje, não respeita.

Em segundo lugar, a afirmação de que a diversidade é infinita e que, portanto, o aspecto que estamos abordando da diversidade aqui, afirmativamente, é fundamental para nós, em torno desta diversidade — a diversidade sexual —, podermos então nos reencontrar frente aos diversos valores em debate, e como dizia o André Lázaro, em tensão. Aliás, em sociedade desigual a tensão é regra de convivência e, portanto, pode haver até espaço e tempo para a trégua, mas nunca se conclui a batalha. A história tem sido permanentemente recheada e disseminada, valorizada e modificada a partir daí.



Portanto, a primeira afirmação da nossa causa por uma escola que respeite a diversidade é reconhecê-la como desrespeitosa e a diversidade como sendo um problema.

Além disso, reconhecer que a diversidade deve compor o horizonte dos valores. A Constituição fala raramente da expressão “diversidade” e prefere, outras vezes, a expressão “pluralidade”. Essa é uma das razões pelas quais, por exemplo, o PLC 122, de relatoria da Senadora Fátima Cleide, que durante a campanha eleitoral, no Estado de Rondônia, seguramente teve como pauta obrigatória o enfrentamento do preconceito sobre esse tema, levanta efetivamente temas importantes, um dos quais, por exemplo, veio na pergunta do internauta que falava de escolas filantrópicas que gozam de prerrogativas de imunidade tributária e fiscal e, portanto, financiadas com dinheiro público. Não são, André Lázaro, nesse caso, confessionais porque as confessionais são de outra categoria institucional. Essas que gozam de prerrogativas de imunidade tributária e isenção fiscal funcionam e são patrocinadas com dinheiro público. Por essa razão, nenhum direito de qualquer cidadão ou cidadã, de qualquer orientação religiosa, psíquica, filosófica, cultural e econômica tem direito de equivalência no tratamento e de existência e de convivência de acordo com a sua diversidade. (*Palmas.*)

É nesse sentido que situações extremadamente polêmicas, entre as quais conceituar como contrapartida vaga pública e obrigação da gratuidade nessas instituições, são disputas que nos ocuparam, Deputado Iran — V.Exa. que, como eu, também não volta, na condição de Parlamentar, a partir de 1º de fevereiro ao Congresso Nacional —, que nos consumiram muita energia para aprovarmos a nova Lei de Filantropia, que, aliás, devo dizer: só foi aprovada porque veio, Deputada Luiza Erundina, na condição de medida provisória. Na primeira versão, que era projeto de lei, ela ficou, assim como os outros projetos que já mencionamos na abertura do nosso seminário, vagando de uma Comissão para a outra, sem encontrar uma posição de deliberação definitiva.

Essas e outras razões indicam, por exemplo, o significado da vitória simbólica, não da personalidade Dilma Rousseff, mas o significado histórico da superação e do enfrentamento de uma campanha virótica, no sentido aí, sim, biológico, científico e restrito à Biologia, conduzida como pauta nesta última





campanha eleitoral no interior do Brasil, nas capitais, em todas as regiões, nas igrejas, nos porões, nos bares, nas escolas, nas salas de professores, com comentários que trouxeram à luz não o valor da diversidade, mas a negação da diferença.

Dessa forma é fundamental que o compromisso com a justiça e com a vida seja o norteador fundamental, essencial da causa que motiva esta Mesa: por uma educação que respeite a diversidade sexual. Portanto, estamos falando de muitas superações e só podemos superar aquilo que é conhecido, inclusive com as habilidades que o Ricardo, antes de ser Bianca, pôde demonstrar como jogador de futebol, entendendo que há um campo adversário e que esse campo adversário se move às vezes dentro das regras, mas muitas vezes às viola para justificar as outras violações embutidas.

Nessa condição, a superação da discriminação, também como o reconhecimento do desrespeito à diversidade, passa, em primeiro lugar, por afirmar a discriminação, e não por ocultá-la, por omiti-la. E por mais que a mãe de um adolescente de 16 anos queira dizer que ele utilizou, numa avenida central de São Paulo, uma lâmpada fluorescente contra um outro jovem porque ele o teria cantado, e depois as câmeras de segurança flagrantemente o desmentem, a escola apenas reflete a situação daquela cena verificada nas avenidas. O que não pode ser permitido à escola é o comportamento do silêncio frente àquilo que se tornou crime público e explícito.

Se as imagens chocam no momento em que são levadas às redes de televisão e se, depois, os comentários que se fazem são comentários que admitem o questionamento dentro da escola, em havendo reverberação desse fato, não se pode ocultar as violações que ocorrem quotidianamente em cada corredor, no portão da escola, na quadra, nos banheiros, nas carteiras, nas piadas, no vocabulário, no comportamento, nos olhares, nas sensibilidades, até porque uma das maiores violações que se pode praticar, e comumente está visível na pesquisa trazida pelo meu xará — embora ele reitere que não é o pesquisador, mas apresentou inclusive para nós, no seminário regional, toda a metodologia e por onde passava a condição da pesquisa — essencialmente é o rompimento do silêncio e da indiferença.



Nesse sentido a escola tem que ser o lugar da “algazarra”, o que é diferente, inclusive na língua portuguesa, da “farra”. A algazarra é um ruído de festa, é um ruído de respeito; a algazarra é um ruído de alegria, é um ruído de diferença. E quem sabe aquilo que é afirmado, por exemplo, quando se fazem os desfiles cívicos e são convocados à frente das bandas escolares aqueles que apresentam a sua destreza, a destreza com um viés afeminado, é também aplaudido como arte. E esse mesmo cidadão ou cidadã, com nome social, muito embora na chamada ainda permaneça o registro de nascimento, é ali uma das melhores expressões de afirmação da identidade da escola, naquele momento do desfile. Passados os momentos do desfile, todo o sofrimento retorna. Mas não é um sofrimento individual, é um sofrimento de quem nega o êxito da aparição pública e da afirmação da diferença como sendo um valor importante, para os olhos, para a sensibilidade, para a beleza, para a alegria, para a manifestação da festa.

Nesse sentido, a superação também nos leva a ter o conflito como regra de convivência. O conflito não é uma excepcionalidade da convivência. O conflito é uma regra de convivência. E a pesquisa, nos diversos dizeres, mesmo estes selecionados, tão sinteticamente opostos aqui, seguramente aos milhares podem ter se repetido, revela exatamente o temor de reconhecer o conflito como sendo regra da convivência e a ocultação desse mesmo conflito como sendo ele o verdadeiro formador de valores; ele o verdadeiro impulsionador da afirmação das pessoas ou da sua absoluta negação; ele como sendo condutor ou não das vias do suicídio ou do prosseguimento da vida.

Portanto, a tática da afirmação da diferença, da afirmação do conflito, do reconhecimento do desrespeito, do debate em torno da confusão, do reconhecimento e da violência que é praticada simbolicamente ou não na linguagem, na ocultação, nas piadas, no rabisco, na pichação, nos palavrões, nos nomes, nos apelidos, é seguramente o prosseguimento daquilo que está apontado nas 39 inserções desse tema específico, Chico, na Conferência Nacional de Educação que o Congresso Nacional receberá proximamente na forma de projeto de lei do Plano Nacional de Educação para a próxima década e que ganha um *status* rigorosamente novo e a afirmação daquilo que era parâmetro curricular nacional, como se tais (*ininteligível*) pudessem ser medidas metricamente, evidentemente



respondem a parte das reclamações que chegaram através dos questionamentos da Internet.

Nesse sentido, seguramente a superação da timidez — e aí não escapa qualquer um de nós envolvido nas relações humanas no interior das escolas, inclusive os profissionais... Por exemplo, hoje simbolicamente quero saudar aqui a primeira travesti doutora afirmada na sua identidade. O que isso significa? Ascender a essa afirmação e ter a sua proclamação na Casa de representação do povo brasileiro. Aquilo que é tornado visível, aquilo que não é objeto de culto, mas objeto de disseminação de um novo modo de entender o direito e a igualdade pela afirmação da diferença.

É sobretudo estarmos tratando sempre da superação de inúmeras ignorâncias. Não houve, mesmo nas ciências, qualquer superação que fosse rigorosamente revolucionária, que não se deparasse do outro lado com o preconceito, nas diversas fases históricas.

E, portanto, creio, que este tema muito provavelmente chegou formalmente às políticas públicas pela via transversa. E não é por acaso, Lena, que o produto que você traz como subproduto da pesquisa foi apresentado por um médico aqui. Exatamente porque isso veio como uma política pública na primeira grande afirmação do direito, nas ações preventivas a DST/AIDS. Mas não foi nessa ordem, foi AIDS e depois DST. Ainda carregada de uma certa leitura de naturalização, e carregada de afirmação, portanto, de um caráter anormal e doentio.

Quantos de nós não nos lembramos de que maneira essas temas foram abordados há vinte e poucos anos. Muitos da geração atual talvez não tenham passado por essa experiência pública, histórica, mas não perderão a memória porque a trajetória da afirmação do direito, da diversidade e da igualdade pela diferença, seguramente fará com que a memória esteja muito presente.

Na escola entrou, além da DST/AIDS, pela gravidez indesejada ou precoce da adolescente. Foi por aí que o tema veio entrando. E, portanto, questionando aquilo que era apenas natural ou cientificamente naturalizado, interpondo uma versão, uma vertente, uma orientação essencialmente humana, nós estamos falando de relações culturais e, portanto, não cabe aqui a naturalização. Quem sabe por aí a concessão temporária e transitória da camisinha na África para quem professa a fé católica



romana. Exatamente porque é impossível não conceber que nós estamos tratando aqui de pessoas e, portanto, à naturalização do tema só cabe bem a disseminação da violência, do preconceito e a consolidação de ignorâncias.

Companheiros, companheiras, amigos e amigas, amanhã uma das Mesas também tratará do *Bowling*, que é um nome estrangeiro para aquilo que a gente pode chamar fluentemente, como a Bianca retratou aqui por diversas vezes, nesse documentário, uma violência escondida, ocultada, amenizada, naturalizada, afirmada pela linguagem sem qualquer vermelhidão, sem qualquer timidez do outro lado.

Por essa razão, creio que alguns efeitos do preconceito gritam, e mesmo que muitos dos humanos e humanas não queiram reconhecer esses gritos, como diz a cultura clássica de origem judaica, "até as pedras falarão". Não há como ocultar, portanto, as dinâmicas que levam à solidão, ao medo e ao mesmo tempo a reação que pela vida se faz, em favor da afirmação, da liberdade, da existência humana e dos valores, como sendo a superação de uma vivência clandestina do ponto de vista da sua orientação, da sua condição de felicidade, da sua realização de alegria, da sua realização afetiva.

E por essa razão, a ruptura da clandestinidade seguramente, é, por outro lado, o combate definitivo às ignorâncias, no plural — diversas, e será um combate cotidiano.

Portanto, a denúncia, a atenção, a indignação, a festa, o humor fazem parte desta afirmação da nossa causa, por uma educação que respeite a diversidade sexual.

Concluo, companheiros, companheiras, e uso essa expressão ao final propositadamente, para dizer que esta causa é uma causa que cada vez mais se dilata no tempo, no espaço, nas linguagens e nas manifestações. E não é à toa, que trazer de volta aos ambientes escolares, cultura diversão e arte, faz cada vez mais presente essa dimensão humana, antinaturalista naquele sentido redutor do naturalismo, ser cada vez mais presente como reivindicação das nossas juventudes.

Não por acaso, o Programa Nacional de Direitos Humanos, toca nesta questão, não apenas como fala de educação. Se observarmos o Plano Nacional da Juventude, veremos que ele trata do tema da educação para além do horizonte



efetivamente dos direitos, da convivência, da tolerância, da transformação social e da formação dos novos quadros, seja os da política, seja os quadros profissionais da educação.

Ver, perceber, descrever, interpretar, explicar, justificar, relacionar, intervir, manifestar, expressar são a conduta de quem vem a este seminário e o assiste, por curiosidade, por respeito, por incômodo, pela razão que for. O fundamental é que o invisível já não existe e, como tal, não há como ocultá-lo do ambiente da escola. Se a escola quer e merece ser um lugar não do sofrimento, mas da realização humana, seguramente essa conduta não permitirá nenhum passo para trás, e a nossa causa será uma convocação permanente. Nenhum passo para trás.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Agradecemos também a colaboração do nosso Deputado Carlos Augusto Abicalil, esse professor e Parlamentar brilhante.

Quero aproveitar para registrar a presença do Deputado João Paulo Cunha, que se encontra entre nós, acompanhando os trabalhos deste seminário, e acolhê-lo. Muito obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Com a fala do Deputado Carlos Abicalil, encerramos a fase de exposições do seminário. Temos que tentar coordenar essa finalização dos trabalhos porque ainda temos o debate e, posteriormente, uma atividade de homenagens. Vamos procurar otimizar o tempo de que dispomos.

Quero, rapidamente e com muita satisfação, passar a palavra para a Senadora Fátima Cleide para que S.Exa. também possa trazer sua importante contribuição para este seminário que, com certeza, tem relação com aquilo tudo que ela trabalha e no que vem acreditando ao longo de seu trabalho.

**A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE** - Muito obrigada, Deputado Iran.

Fiz questão de falar apenas para fazer uma saudação rápida à Mesa e a todos os participantes do seminário. Parabenizo as Comissões de Direitos Humanos e de Legislação Participativa da Câmara e a ABGLT, que não nos deixa esquecer um minuto das nossas obrigações com a população LGBT.



Quero, com muita alegria, saudar o Jean Wyllys, que, como ressaltou o Deputado Carlos Abicalil junto com o Deputado Chico Alencar, terá a tarefa de dar continuidade a esta luta no Congresso Nacional.

Quero dizer ao meu companheiro Iran Barbosa que lamento muito, mas estamos aqui, nesta vida política, para isto: um dia ganhamos, outro dia perdemos. O mais importante é, no tempo que passamos aqui, sabermos exatamente qual é a nossa tarefa; sabermos de onde viemos, o que temos a fazer aqui e o que nos espera lá fora, não é, Deputado Carlos?

Portanto, faço esta saudação e digo que amanhã vamos nos encontrar. Acredito que boa parte das pessoas que aqui estão estará também na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, onde realizaremos uma audiência pública para tratar dos temas *bullying* e homofobia nas escolas.

É com muita alegria que revejo aqui tantos amigos e amigas. Quero fazer uma saudação especial a uma pessoa que representa a dor das famílias que perdem filhos e filhas para a homofobia. Espero que o resultado do nosso trabalho de hoje seja, daqui a uns dias, se Deus quiser e eu acredito, dizer que não há mais homofobia no Brasil. Mas, por enquanto, ela existe e precisa ser combatida. Como disse o Deputado Carlos, nós apenas trouxemos para a visibilidade esse que é um grande problema e uma grande vergonha nacional. Eu quero aqui saudar a presença da Dona Angélica Ivo — acho que ela deu uma sardinha agora, mas ela está conosco aqui também. Ela é mãe do menino, da criança que nós perdemos nessa luta, em junho passado, chamada Alexandre Ivo, de apenas 14 anos — aliás, ele faria 15 anos neste mês de novembro.

Então, em nome da Dona Angélica, nós queremos saudar todos os participantes e principalmente aqueles que estão em casa, sem saber se os seus filhos retornarão amanhã por conta da homofonia.

Um grande abraço a todos e o meu muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ira Barbosa) - Obrigado, Senadora, pela contribuição.

Eu vou tentar aqui organizar o debate para otimizarmos o tempo. Quero aproveitar, no entanto, para informar que o Sr. Rodrigo de Oliveira Júnior já se



encontra aqui à Mesa, em substituição ao Prof. André Lázaro. Seja bem-vindo entre nós.

Tenho aqui uma lista de 17 participantes. É uma lista razoável. Eu gostaria de combinar para ver se poderíamos fazer o seguinte: o tempo que tínhamos pré-definido para as intervenções era de 2 minutos, com a possibilidade de intervenções posteriores dos convidados de 3 minutos. Não vou propor uma aqui alteração, mas vamos ver se conseguimos fazer um bloco: as pessoas fazem as suas intervenções, quem se sentir provocado faz as anotações à Mesa para eventuais respostas. Assim eu acho que ganhamos tempo e, ao final, fazemos uma rodada de intervenções e considerações finais dos convidados.

Evidentemente, a Mesa vai disponibilizar os 2 minutos para que as pessoas façam sua intervenção. Isso é importante, mas se alguém se achar contemplado, falando 1 minuto, fale 1 minuto, se alguém se achar contemplado com a fala de um outro companheiro ou companheira que falou, não tem problema de abdicar da sua fala para que nós possamos tratar de tudo e ouvindo aqueles que precisam se manifestar.

A Sônia está aqui me lembrando, de forma muito hábil, que ainda há as perguntas dos nossos internautas, que eu vou ter que submeter também aos nossos convidados.

Sem mais delongas, eu quero convidar a Talita Victor — acho que é esse o nome — para vir fazer aqui a sua intervenção de, no máximo, 2 minutos.

Peço aos convidados que, quando se sentirem provocados pelas questões, façam os apontamentos. Vamos fazer a sequência dos 17.

Um minutinho, Talita. Peço a gentileza de fazerem uma identificação rápida, porque estamos gravando esta solenidade. Então, precisamos ter esse registro. Desculpe.

**A SRA. TALITA VICTOR** - Boa tarde. Meu nome é Talita, sou da Assembleia Popular, servidora pública, e vim participar deste seminário. Inclusive trabalho na Câmara, mas saí um pouco do trabalho para vir prestigiá-los. Fiquei muito feliz porque é bom ver esta Casa movimentada de novo.

Para tentar ser bem rápida e falar um pouco da eliminação da homofobia, quero dizer que aqui, no Distrito Federal, as universidades homofóbicas têm formado



professores homofóbicos e, sem eliminar a homofobia nas universidades, nas escolas fica ainda mais difícil.

Então, quero fazer um chamado para quem está em Brasília para participar conosco, lá na Católica, que não é uma instituição totalmente particular, é uma instituição que tem subsídio público, dinheiro público... Como disse bem o Deputado Abicalil, nós vamos fazer, sim, discussões que foram meio que proibidas; meio que proibidas não, foram boicotadas pela Reitoria. Então, na quinta-feira, a tarde inteira, todos estão convidados. Vamos sair da UnB e da Dulcina também.

Lembro que o Congresso está vindo cada mais conservador. Sim, precisamos combater a homofobia na escola, na universidade, mas vamos combater também aqui no Congresso, onde a homofobia que está muito, muito forte. Os gays, as lésbicas, as transsexuais deste País têm que ficar cada vez mais atentos, fazer um controle muito forte em cima do avanço conservador que está vindo aí.

Então, temos que estar preparados para isso, para que tenhamos, sim, um Congresso e, mais do que isso, um Estado sem homofobia, no sentido de que esse tema foi bem trabalhado pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Educação, que têm desenvolvido políticas muito boas, sim. Nós assumimos que elas são realmente muito boas e progressistas, mas sem o financiamento e sem o cuidado muito trabalhado em cima do financiamento dessas políticas, às vezes perde o sentido.

Então, o Orçamento está para ser votado neste fim de ano e esse é um trabalho que se tem que fazer agora. Peço, em nome de todos, o controle social do movimento. Aos Parlamentares, os que estão saindo e os que estão entrando aqui, os novos eleitos — sejam bem-vindos, trabalhem em cima do orçamento. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Passo, na sequência, a palavra ao Cristovam Mendonça. Na sequência, falará o Jean, que vai se pronunciar.

**O SR. CRISTOVAM MENDONÇA** - É com imenso prazer que o SINDIUPES participa deste debate. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Espírito Santo representa 26 redes municipais e também a rede estadual; temos aproximadamente 25 mil associados de uma base de 90 mil trabalhadores na educação e, como entidade classista que combate a corrupção política, não poderíamos deixar de, neste momento, salientar que nos orgulhamos muito, como





entidade, como cidadãos brasileiros, da presença neste Congresso de Deputados de Parlamentares do naipe do Sr. Carlos Abicalil e outros Parlamentares pelo compromisso que têm com os direitos humanos e com o verdadeiro exercício da cidadania.

Também gostaria de dizer que nós somos, e é com muita alegria que compartilho isso com os meus colegas, o primeiro sindicato do Espírito Santo a fazer o debate da diversidade sexual e da pluralidade de gêneros. Hoje temos no nosso sindicato o Coletivo Estadual de Diversidade Sexual, que está ampliando a discussão sobre a homofobia nas escolas, o direito trabalhista e previdenciário dos trabalhadores em educação da comunidade LGBT e todo o debate, enfim, da diversidade sexual.

Gostaria também de dizer que, em alguns momentos, nos entristece representar o Espírito Santo por ser um Estado extremamente homofóbico em suas escolas, em seu Governo, em seus Parlamentares e em outras entidades, mas também nos orgulha muito ver nesse espaço 6 educadores espírito-santenses, capixabas, fazem essa discussão nos espaços das suas unidades escolares, das suas universidades e dos meios educacionais onde estão inseridos.

Também gostaria de dizer que nosso sindicato, o SINDIUPES, encaminhado pela Internacional para a América Latina, no ano passado, junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, teve um incentivo para a fundação do coletivo e para a ampliação da discussão.

Portanto, gostaria de dizer para os meus colegas educadores, para os militantes, para os Parlamentares que estão neste seminário hoje que a educação, sim, tem um papel fundamental na discussão das políticas de inclusão da comunidade LGBT. A escola talvez seja um espaço de exclusão pior do que a própria igreja. Falo isso porque sou bacharel em Teologia. Saí do espaço eclesial, faço a discussão agora como licenciado em Educação, e tenho muita dificuldade em saber quais dos desses espaços é mais exclusivo para a comunidade LGBT, se a igreja ou as escolas.

Por fim, quero repudiar o Ministério de Educação e Cultura, que é o Ministério que menos tem feito nas políticas de construção de fato de uma comunidade mais inclusiva. Quero dizer para os colegas educadores que, se esperarmos que esta luta



por uma escola solidária, democrática e inclusiva saia do Ministério da Educação, ela não sairá. Nós, de todos os segmentos da comunidade escolar — pais, mães, professores, diretores, gestores, coordenadores —, devemos lutar juntos para conquistar esse espaço, porque o Ministério da Educação não deu conta até hoje nem da equidade de gênero, o que dirá da diversidade sexual.

Então, nós precisamos, juntos, agarrar essa luta e dar condições para que o Ministério da Educação e o sistema de educação espalhado pelo Brasil possa, então, fortalecido pelo debate, implementar as dezenas de proposições e diretrizes que foram tiradas por todos nós na Conferência Nacional de Educação.

Um grande abraço para todos e um bom restante de trabalho. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Cristovam.

Eu passo a palavra agora ao Jean Carlos de Jesus, o próximo inscrito. E, na sequência, o Antônio Lopes.

**O SR. JEAN CARLOS DE JESUS** - Boa tarde. Meu nome é Jean Carlos, sou professor da rede estadual na cidade de Serra, Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo.

Eu queria só trazer à reflexão algo que observo muito em meus colegas capixabas. Muitos professores são homossexuais, escondem-se no armário e têm a maior dificuldade de se assumir. Como esse professor vai poder trabalhar o assunto da homossexualidade se ele mesmo tem dificuldade de se entender como pessoa humana? Tenho vários colegas nessa situação e observo que em nenhum momento eles trabalham esse assunto da homossexualidade consigo mesmos, e imagino na área pedagógica. Então este é um ponto de reflexão que tem de ser lembrado.

Os professores homossexuais muitas vezes são vítimas do preconceito por parte dos alunos. Na semana passada, organizamos uma semana de eventos na Serra sobre a Semana da Cidadania LGBT, que eu, como membro do Fórum, estava organizando. Meus alunos sabem que eu estava organizando, e um aluno, que é negro, ao me ver passar pelo corredor, chamou-me várias vezes de “veado” — desculpem a expressão, mas é a que eles usam. Depois dei o retorno a ele; chamei-o para um ambiente particular e lhe falei: “*Olhe, você é negro, e eu não admitiria que você fosse constrangido na escola. Historicamente, você foi vítima do preconceito e*



*agora vitimiza os alunos e professores homossexuais desta escola. Peço que você se retrate e jamais repita essa expressão nos corredores da escola.”*

Então, essa é a realidade que vivenciamos, nós, que somos militantes, que somos professores homossexuais, ou seja, às vezes os alunos se acham no direito serem preconceituosos contra os professores, até mesmo os alunos que sofrem diariamente o preconceito por morarem em periferia e por causa da questão da cor.

Por último, se houver alguém do MEC que possa responder, eu agradeceria muito. No ENEM do ano passado, foi feito um questionário com mais de 200 perguntas para os alunos do ensino médio, e algumas questões eram sobre a homossexualidade. Até hoje esse questionário não foi publicado ou, se foi publicado, não foi muito bem divulgado. Então, queria saber de alguém do MEC sobre esse questionário que os alunos responderam no ano passado, onde havia algumas questões sobre homossexualidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Jean Carlos de Jesus. (*Palmas.*)

Com a palavra agora Antonio Lopes. Peço o cuidado com o tempo.

**O SR. ANTONIO LOPES** - Boa tarde a todos e todas. Não foi combinado, mas também sou do Espírito Santo, falando agora pela Universidade Federal do Espírito Santo, coordenando o curso Gênero e Diversidade na Escola, que é um dos cursos da Rede de Educação para a Diversidade, financiado pela SECAD -MEC.

Mas antes de falar sobre a universidade, que, como o André Lázaro disse muito bem, é um dos problemas, uma das dificuldades, só complementando a fala do meu colega Jean, realizamos o 3.º Manifesto LGBT no Município de Serra, onde reunimos quase 20 mil pessoas. Um evento desse porte — e, graças à união do Poder Público municipal com a sociedade civil não tivemos nenhum incidente — rendeu dois cantinhos de páginas no jornal. Se tivéssemos tido algum problema, talvez estivéssemos nas primeiras páginas. Isso é para que demonstrar que um trabalho bem feito nem sempre tem a visibilidade necessária.

Mas, falando da universidade em que estou, que realmente é excludente, e das pessoas, já falamos aqui das travestis, cuja maioria não tem sequer ensino médio — temos felizes e honrosas exceções — e a universidade é ainda inatingível.



As pessoas passam em frente da universidade pública e não se sentem no direito de estar ali dentro.

Trabalho na Pró-Reitoria de Extensão, onde, a partir de 2011, ofereceremos 6 dos 16 cursos que a SECAD nos oferece, cursos à distância. Para quem não sabe ou para quem acha que ela deve ser comum, a universidade pública é calcada em ensino, pesquisa e extensão. Ensino e pesquisa já têm historicamente um lugar colocado, mas a extensão, como dizemos, é o patinho feio, o pé manco do tripé. Então, Rodrigo, deixo como sugestão que se leve ao MEC a necessidade de se investir mais na extensão universitária.

Digo isso porque através da extensão universitária é que se vai poder pegar uma travesti, uma transexual, como a Deborah Sabará — que é nossa colega militante, nos ajudou a organizar o movimento LGBT em nosso Estado e concluiu recentemente o ensino fundamental por meio do supletivo —, e colocar nos nossos projetos por meio da extensão universitária. Então, é um caminho que apresentamos como solução enquanto a Deborah e as demais travestis não atingem o grau suficiente para poderem prestar um concurso público ou serem formalmente contratadas pelo Sistema OAB. Colocando essas pessoas dentro da universidade pela porta da extensão ainda vamos provocar, no bom sentido, aquela universidade a sair da inércia. Tendo essas pessoas circulando e fazendo projetos, talvez tenhamos a possibilidade de contagiar, contaminar, no bom sentido, as pessoas para que dediquem um tempo — e estou falando aos professores e professoras, doutores e doutoras, pesquisadores — a essas temáticas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Antonio.

A próxima é Maria Fernandes. (*Pausa.*)

Maria Fernandes não está mais presente, então concedo a palavra ao Luiz Pires.

**O SR. LUIZ PIRES** - Bom, sou Luiz Pires, sou membro do Grupo de Pesquisas da PUC de São Paulo e professor do ensino fundamental e médio de Filosofia.

A minha pergunta já foi de certa forma abordada pelo colega Jean, que é: se os pais dos jovens e adolescentes que estão nas escolas, diante das pesquisas,



mostraram certa resistência a terem seus filhos estudando com alunos LGBT, e quanto aos professores? Qual seria essa resistência, tanto dos pais quanto dos alunos, diante de professores homossexuais? Acredito que, muitas vezes, a postura do professor pode, sim, ser uma tremenda educação para uma escola sem homofobia. Acho que a postura do professor pode educar e muito.

Então, queria trazer um pouco esta reflexão: qual a postura do professor diante disso e quanto ela pode contribuir para uma escola sem homofobia? (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Luiz Pires.

Em respeito aos internautas, já que tratamos aqui das questões de família, há duas perguntas mais voltadas para esse tema.

Uma delas, feita pelo Luciano de Almeida Peruci, de São Paulo, diz o seguinte:

*“No momento em que se pensa escola sem homofobia, ações concomitantes que esclareçam e privilegiem a Justiça precisam alcançar os pais de estudantes e, por extensão, toda a sociedade, sob pena de esses encontrarem dificuldades para lidar com o tema ou mesmo se posicionarem contrários ao ensino que prime pelo respeito igualitário devido aos LGBTs.”*

Portanto, ele faz um questionamento:

*“A escola sem homofobia já nasce órfã ou foi pensada nesse sentido? Se, sim, como isso seria implementado?”*

Há um outro questionamento que envolve também o tema também da família, e diz o seguinte:

*“Os pais e a sociedade em geral têm outorgado competências à escola que originalmente não seriam seu papel, tal como a educação moral no sentido estrito, que seria papel fundamentalmente dos pais. Nesse sentido, os estudantes não têm encontrado preparo dos profissionais, uma vez que tal outorga ocorreu numa velocidade que o*



*sistema educacional não poderia acompanhar. Assim, a escola e, conseqüentemente, o Estado devem assumir seu papel de educador moral, definitivamente, contrariando princípios sociológicos que estabelecem intervenção estatal. Somente no último caso ou nos casos mais extremados a abordagem deve ser feita fora da escola na sociedade em geral, buscando desmistificar e mudar a mentalidade dos pais e homofóbicos em geral."*

Essa pergunta é do Deny Eduardo Pereira Alves, de Franca, São Paulo.

Ainda tem uma nessa área da família:

*"Como poderia conduzido o diálogo contra homofobia para que este alcance não só os estudantes, mas seus pais, a meu ver decisivos nessa conscientização tão necessária? Espero que minha pergunta chegue até você."*

Chegou aqui mensagem da Eliza Bonotto, que nos parabeniza pelo debate que estamos promovendo.

Por último, ainda uma pergunta na área de família:

*"Meu nome é Augusto Diniz, sou jornalista de Goiânia e gostaria de fazer uma pergunta.*

*A iniciativa de combater a homofobia nas escolas é louvável, mas como acabar com um problema que começa em casa, geralmente com um pai machista, que agride física ou verbalmente sua esposa, obriga-a a comprar o discurso contra o que é diferente, principalmente sobre orientação sexual, e faz com que os filhos sejam homofóbicos, como se isso fosse uma atitude natural?"*

É a pergunta do Augusto Diniz.

Na sequência está inscrita a Marineide Figueiró.



**A SRA. MARINEIDE FIGUEIRÓ** - Sou docente da Universidade Estadual de Londrina e desenvolvo, desde 1995, um trabalho com formação de professores para trabalhar nas escolas a educação sexual. Meu trabalho é na formação continuada.

Gostaria de deixar um recado para a equipe do MEC. Material didático como, por exemplo, esse que a ECOS está lançando hoje, e que é material didático, como o Sr. André Lázaro citou antes, sobre diversidade sexual, o MEC tem, e nós temos de ir até um núcleo regional da nossa cidade pedir esse material. Então, em vez de nós, da universidade, irmos até as secretarias, os núcleos perguntar se o MEC mandou material e se eles têm como nos repassar, penso que poderíamos fazer diferente. O MEC deveria cuidar da formação inicial dos professores, que se dá nos bancos das universidades, e, com carinho, munir as bibliotecas das universidades com todas essas publicações, esse material didático para que dele os professores nas universidades possam fazer uso ao formar todos os seus profissionais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Marineide.

Há um apelo da organização para que aceleremos, e considero que é necessário, realmente. Então, faça um apelo aos inscritos no sentido de agilizarem suas intervenções ou até, se contemplados, abrirem mão dela.

O próximo inscrito é o Evaldo Amorim.

**O SR. EVALDO AMORIM** - Boa tarde a todas e todos, boa tarde à Mesa. Estou representando o Grupo Elos do Distrito Federal e Entorno e também a ABGLT aqui no DF.

Quero pedir licença e também convidar as pessoas que estarão no DF no proximidade sábado. Nós estávamos reunidos há pouco, as lideranças e algumas pessoas do movimento LGBT do DF, e vamos fazer um Grito Contra a Homofobia, sábado, na 209 Norte, com concentração às 15 horas, em razão da violência que um rapaz sofreu sábado passado — ele teve chutada a sua porta e três homens quiseram bater nele. Enfim, a matéria está sendo divulgada. Então, registro que, sábado agora, na 209 Norte, alguns grupos estarão lá e queremos pedir que todos que estiverem aqui possam também ir lá e fortalecer o movimento. Não podemos deixar acontecer em Brasília o que está acontecendo em São Paulo e em outros Estados.



Então, tentando ser o mais breve possível, a minha pergunta é dirigida ao Laudário sobre uma questão mais macro que, para mim, pode refletir — não quero desfocar — dentro de um cenário micro, que é o do espaço público. Também sou professor, e isso me preocupa muito. Os posicionamentos do Brasil nos organismos internacionais estão sendo tímidos ou quase nulos em relação aos direitos humanos. Uma vez que não votamos contra o Irã, no sentido dos direitos humanos, e que a própria ONU aprova que os países que destratarem os homossexuais não serão enquadrados ou constrangidos internacionalmente, de que maneira, Laudário, lidar com essa questão, uma vez que os estudantes, no seu espaço escolar, estarão com essa informação? Por que nos movimentamos tanto para elegemos uma Presidente, nos movimentamos tanto, e não nos movimentamos para defender uma mulher também, para defender seus direitos humanos? O Brasil se posiciona no âmbito internacional de uma maneira e se no âmbito nacional de outra. De que maneira isso pode vir a prejudicar todo nosso trabalho nas escolas?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Evaldo.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, uma despedida rápida da Lena. Ela precisa sair, e quero abrir um espaço para que possa apresentar suas despedidas ao público rapidamente.

**A SRA. LENA FRANCO** - Vou, porque não consegui reserva em hotel, fiquei com medo de ficar na rua e comprei uma outra passagem.

Então, muito obrigada pela atenção. Foi muito importante estar participando deste momento aqui.

Meu e-mail é [lena@ecos.org.br](mailto:lena@ecos.org.br). Também estou à disposição, assim como minha instituição, a Ecos, para responder perguntas, alguma coisa sobre a capacitação ou para solicitação de material por e-mail — repito: é [lena@ecos.org.br](mailto:lena@ecos.org.br).

Saio daqui muito feliz de estar sabendo que o material foi aprovado e que logo vai estar disponibilizado no nosso site, que é [www.ecos.org.br](http://www.ecos.org.br).

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Lena, por sua contribuição. Leve um abraço a todos da Ecos e boa viagem.

A próxima inscrita é Indianara Siqueira. (*Pausa.*)





Peço à Indianara que aguarde um minuto, porque a Lena é uma das homenageadas, e a homenagem vai se dar no final, mas ela vai precisar viajar.

Quero passar ao Jean, porque ela não pode sair sem receber a homenagem.

Peço, desculpas, Indianara. Na sequência retomaremos a fala.

**A SRA. LENA FRANCO** - Vou levar o prêmio.

**O SR. JEAN WILLIS** - Ao menos não vai sair de mãos vazias.

A Lena vai ganhar o troféu na categoria Publicação sobre Educação e Diversidade Sexual. Convido para entregar o prêmio para a Lena o Sr. Rodrigo de Oliveira Júnior, Coordenador Geral de Direitos Humanos da SECAD.

Por favor. (*Palmas.*)

O prêmio que a Lena recebeu foi concedido à Ecos - Comunicação e Sexualidade, pela iniciativa Boletins Escola sem Homofobia - BOLESH.

Parabéns. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Parabéns, Lena. Leve nosso reconhecimento ao trabalho da Ecos.

**A SRA. LENA FRANCO** - Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Então Indianara, pedindo novamente escusas, lhe concedo a palavra para que possa fazer a sua manifestação.

**A SRA. INDIANARA SIQUEIRA** - Boa tarde. Sou Indianara Siqueira, representante da REDTRANS Brasil, Secretária da Região Sudeste, e quero fazer mais uma colocação.

As escolas de nível superior respondem ao Conselho Nacional e ao MEC. Dezoito Estados já aprovaram o nome social para travestis e transexuais e 13 conselhos. Então, será que já não está na hora de o MEC fazer isso? Que o exemplo venha de cima; que se aprove ou baixe uma portaria obrigando as escolas a registrarem o nome social das travestis ou transexuais.

Normalmente — as meninas sempre pedem para que eu use essa fala — nós sofremos transfobia, porque somos uma identidade de gênero, não somos uma orientação sexual. Dentro da nossa identidade de gênero, podemos ser homossexuais, heterossexuais ou não. Então, somos já uma complexidade; somos uma população vulnerável.



Sempre digo que, em mais de 15 anos de movimento, já aprendi tudo. Quis ser advogada, não pude, fui expulsa da escola. Falo francês, italiano e espanhol, e minhas melhores professoras foram justamente as prostitutas. Fui expulsa e aquele foi o meio que me acolheu; o Governo me expulsou quando ele devia me proteger. Então, será que não está na hora de o MEC dar esse exemplo e obrigar as escolas a que nos respeitem? Não só nós mesmas, as mulheres transexuais e as travestis, mas também aos homens trans que, por terem nascido biologicamente mulheres e terem feito a retirada de seio e tomarem hormônios masculinos, também são discriminados e são mais invisíveis ainda dentro do próprio movimento. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Indianara.

A próxima inscrita é a Cacau Ferreira.

**A SRA. CACAU FERREIRA** - Boa tarde a todos e todas presentes.

Meu nome é Cacau Ferreira, sou negra com muito orgulho, sou militante. Hoje estou aqui representando o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tem o Conselho Estadual de Políticas Públicas e Cidadania LGBT. Faço parte da rede de movimento social.

Tenho orgulho de sido a primeira travesti do Estado do Rio de Janeiro a ser contemplada com o uso do nome social no ano de 2009. Foi muito grandiosa essa conquista, mas não foi fácil.

Eu me encaixo no vídeo de Bianca. Tive dificuldade de ser reconhecida dentro da rede de educação pelo meu nome social. Às vezes o diretor da unidade não te respeita, mas o professor te respeita. O respeito tem de vir de cima.

Baseando-me na mesma pergunta da companheira Indianara, considero que seria de grande valia que o MEC chamasse à responsabilidade as redes estaduais e municipais de educação para o uso do nome social.

A minha grande preocupação é que, na Baixada Fluminense, no Município de São João de Meriti, a que pertenço, o nível de preconceito ainda é maior do que no Rio, porque nas escolas do interior quase não chega informação. Muitas vezes, diretores de escola da rede municipal da Baixada Fluminense dizem: “*O que é o Rio Sem Homofobia? O que é o Brasil Sem Homofobia?*” Portanto, o material do MEC precisa ser levado às escolas da Baixada Fluminense e do interior.

Obrigada. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Concedo a palavra ao Marco Trajano.

**O SR. MARCO TRAJANO** - Boa tarde a todos. Eu sou Marco Trajano da Associação Brasileira de Gays - ABRAGAY.

Encaminho para a Mesa uma reflexão. No meu Estado de origem, Minas Gerais, existe o Projeto Escola Sem Homofobia, realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora em parceria com as ONGs locais, mas muitas vezes percebe-se o boicote de outros agentes públicos. A professora da Universidade Federal de Juiz de Fora responsável pelo Projeto Escola sem Homofobia sofre sistematicamente discriminação por parte de outros colegas do corpo docente.

Pego carona na fala do Deputado Carlos Abicalil: se no Brasil existe um programa chamado Brasil Sem Homofobia, quais seriam os mecanismos que poderíamos utilizar para efetivamente não censurar ou boicotar, mas enquadrar essas posições homofóbicas de reitores e professores, que são servidores públicos? Se ainda não há uma política pública de combate à homofobia, não há como negar que há uma política de Estado implantada. Gostaria de saber quais seriam os mecanismos que poderíamos utilizar. Rodrigo, existe algum poder em que o MEC possa efetivamente enquadrar...

Muitas vezes percebe-se a quebra da regra do jogo. Existe uma proposta, que foi aceita pelos conselhos pertinentes, aceita pela universidade, mas eu, enquanto indivíduo, não concordo e, enquanto agente público, boicoto essa ação sistematicamente.

Era isso o que eu queria saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - A palavra agora é com Fernanda Benvenutty.

**A SRA. FERNANDA BENVENUTTY** - Boa tarde. Eu fiquei observando e ouvindo tudo. Aquele filme trouxe uma reflexão e as falas quase me levaram de volta ao meu tempo do banco escolar, quando eu fugia da escola porque queria expressar a minha orientação sexual, a minha identidade de gênero. Naquele tempo eu nem sabia — com licença da expressão — que diabo era isso, mas eu sabia que eu queria ser tratada como menina, ser respeitada como menina.



Eu não podia assumir isso dentro de casa e nem na escola. Quando eu chegava na porta da escola e os meninos começavam a me chamar de “boiola”, de “veadinho”, de “maricona”, de “bichinha”, de todos esses termos pejorativos, e eu achava bonito porque não sabia o que era.

Vamos concordar que naquela época eu não tinha a vivência de movimento social que tenho hoje. Se me chamar assim hoje, vamos chamar para a conversa e dialogar de todas as formas, mas naquele tempo era aceitável.

Ao por o pé no portão da escola, quando eu ouvia isso, eu saía em desespero, chegava em casa chorando e eu apanhava para voltar para a escola. Eu ficava de casa para a escola e da escola para casa. Eu ficava junto com os meninos fazendo travessuras pelos sítios.

A minha frustração era que eu não conseguia enfrentar nem a escola nem a família. Esse filme traz essa reflexão: aqui eu vi muita gente preocupada com o combate à homofobia nas universidades, mas temos que combater a homofobia em todos os níveis escolares, porque a criança, o jovem e o adolescente, quando saem de casa... O primeiro preconceito que sofremos, de fato, não estou dizendo que é 100%, mas na maioria dos casos do LGBTs, é dentro de casa, na família. Quando chegam em casa não encontram esse respaldo.

Só sabe o que é isso quem passou. Eu sei quantas noites, quantos dias, quantas horas eu chorei escondida atrás de casa porque eu não podia entrar nela sem ter ido para a escola, e eu não podia ir para a escola porque me chamavam de “veado” e, mesmo sabendo o que eu era, não podia assumir.

É muito doloroso a escola te afastar do que você quer. Meus sonhos ficaram pelo caminho. Meu pai idealizou um menino médico, e eu me idealizei uma doutora. Só cheguei a ser técnica de enfermagem e já agradeço muito, com tanta homofobia que houve na escola.

Precisamos entender essas coisas para que as pessoas que estão aqui não pensem em combater a homofobia de cima para baixo. Para chegar à universidade, passamos por outros níveis e é neles em que a homofobia é mais latente. Na universidade existem pessoas pensadoras, que supostamente entendem que a universidade é o lugar da libertação, é o campo onde você vai poder assumir sua identidade de gênero, sua orientação sexual sem sofrer homofobia. Sabemos que



isso é um ledor engano porque na universidade a homofobia está presente, mas vamos pensar no combate da homofobia nos níveis anteriores à universidade. Na universidade você já é adulto, já pode se defender e reagir a um ato de homofobia, chamando os movimentos sociais para debater e para fazer “beijaço”, “panelaço”, “gritaço” nas portas daquelas universidades e reivindicar que ela não tenha mais homofobia.

O mais gritante é que no Brasil parece que ser travesti é ser colocado de lado na sociedade, e aí o preconceito na escola nos afasta todos os dias da sala de aula.

A única fonte de renda que há neste Brasil, a única oportunidade que é dada ao travesti é a prostituição. Se perguntarem se ela quer estar na sala de aula, com certeza ela vai dizer que sim, mas lhe falta oportunidades. Esperamos que a escola lhe aceite como travesti, respeitando o seu nome social.

O nome social de travesti não se refere apenas ao nome de mulher pelo qual queremos ser chamadas. Nós queremos ser respeitadas na nossa identidade de gênero e, como tal, é muito gostoso quando a professora chama “Fernanda Benvenutty” e eu digo “presente!”. Quando ela chama “Eliziário”, eu me recolho porque isso dói.

Temos de entender que a escola é o lugar da transformação social. Se nós não conseguimos transformar através da escola, vamos transformar por onde?

Eu tenho um alerta. O preconceito é grande, as travestis estão excluídas, mas há uma frase que eu vi na blusa de uma companheira: “ *Eu posso não ser aquilo que você quer, mas eu tenho aquilo que lhe satisfaz e o que você deseja.*” Vocês entendam do jeito que quiserem. (*Apupos no plenário.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, Fernanda Benvenutty.

A próxima inscrita é Dayana Brunetto.

**A SRA. DAYANA BRUNETTO** - Já fui contemplada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Concedo a palavra à Sra. Rafaela Vicci

**A SRA. RAFAELI WIEFT** - Primeiramente, quero cumprimentar o Deputado Iran Barbosa e dizer da imensa satisfação que tenho de participar, pelo segundo ano



seguido, deste Seminário. Também é um prazer imenso ouvi-lo de novo, Deputado Carlos Abicalil.

Na condição de militante, tenho como referência pensadores e educadores. Se 10% dos educadores do Brasil tivessem um pouquinho da sua consciência e sensibilidade, avançaríamos muito no embate à transfobia. Ao mesmo tempo, quero ser solidária com pessoas como o senhor, a Senadora Fátima Cleide, a Deputada Cida Diogo e o próprio Deputado Iran Barbosa, que estão fazendo a defesa de que todos nós, sujeitos de direito, cidadãs e cidadãos brasileiros, possamos exercer a nossa cidadania de fato, ainda que existam aqueles que eu reputo como maldosos e que acabam atacando os que estão defendendo direitos fundamentais, direitos humanos.

Agradeço também à Comissão de Legislação Participativa o apoio, especialmente à nossa queridíssima Sônia Hipólito. Acho que temos de trabalhar e pensar em parceria relativamente ao que foi deliberado na CONAR 2010 — não podemos deixar isso passar. Mas acho também que o MEC deveria puxar órgãos importantes, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação, o Conselho Nacional de Educação e o próprio INEP para fazer uma ação em conjunto.

Vemos que 17 Estados têm portarias de nome social. Temos pensadores, vários doutores e mestrados trabalhando com isso. Ou seja, o incentivo há, a política há, mas estamos longe de tentar resolver o problema, sim. Mas, minimamente, devemos trabalhar em parceria e não deixar essa corrente acabar, principalmente porque, mesmo havendo manutenção do Governo, não temos como saber se os dirigentes vão ter a mesma sensibilidade da atual gestão. Refiro-me à gestão de André Lázaro e à do próprio Ministro Fernando Haddad, que são pessoas com sensibilidade e que pelo menos estão dispostos ao debate.

Então, deveríamos aproveitar isso. Preocupa-me muito que não amarremos isso como política de Estado de fato ainda no final deste ano.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, Rafaeli.

Com a palavra Luna Nogueira.

**A SRA. LUNA NOGUEIRA** - Boa tarde a todos e a todas.



Quero enfatizar alguns pontos da discussão que achei pertinente participar neste momento.

Primeiro, a percepção de professor. Não podemos nos pasmar quando falamos que o professor não tem conhecimento do preconceito contra a diversidade sexual. Não podemos nos pasmar porque esse é um fato histórico. João Silvério Trevisan traz muito bem, em seu livro *Devassos no Paraíso*, um contexto histórico que nos mostra que isso tem um trajeto, tem uma história e que está arraigado à nossa cultura, entrelaça-se na questão familiar e perpassa pela escola.

Então, esse tratamento inquisitorial com o professor eu não acho justo. Precisamos ter muito cuidado, muita cautela, quando tratamos com os professores. Primeiro porque a universidade, que é responsável pela formação inicial, não dá conta do tratado da diversidade. Então, vai para além da vontade do professor. Ele pode até ter os materiais didáticos, mas como ele vai trabalhar se não conhece?

Entre nós mesmos, que somos a diversidade, às vezes encontramos dificuldades em compreender as diferenças e os gêneros; percebemos colegas que não conseguem compreender isso. Imaginem um professor que está totalmente articulado com a Matemática, com a Língua Portuguesa, com a História: ele pensa de forma totalmente fragmentada. Como diria Edgard Morin, é um pensamento fechado, sistematizado só para aquilo. Então, não há espaço, até porque o professor tem todo um trabalho muito árduo na escola e pouco tempo para se planejar, para suas atividades.

Realmente, temos de perceber que existe essa carência e não adotar uma postura inquisitorial diante dos professores e dos gestores. O MEC deve chegar junto, dando subsídio, material didático, mas também levando formações contínuas aos profissionais que estão lá na escola — e não é só o professor, não é só o diretor, mas perpassa também pelo funcionário, desde o que fica no portão da escola.

Se a escola, em seu currículo oculto, não demonstrar que existe um trabalho contra o preconceito e a discriminação — por mais que ela trabalhe verbalmente nisso —, não vai conseguir atingir seus objetivos se na ação for diferente.

Outro ponto relevante para se tratar aqui é a questão das universidades. As universidades são focos e é delas que saem os profissionais. Pensar só na escola é



pensar pequeno. Temos de pensar em todos os espaços: na escola, no hospital, em qualquer espaço que possamos ocupar. E esses profissionais são formados onde? Na universidade — inclusive o professor. Então, é um trabalho da universidade, sim, uma reforma universitária.

Tenho muito medo da questão da autonomia da universidade, porque isso pode cristalizar conhecimentos totalmente preconceituosos e tradicionais, que impeçam que a diversidade consiga penetrar.

Por que coloco essas questões? Primeiro, porque eu sou professora. Além de cursar o doutorado em educação na UFC, sou professora do Estado do Ceará e atualmente sou assessora técnica da 10<sup>o</sup> CREDE, que faz parte da Secretaria de Educação do Estado. Então, participo do acompanhamento pedagógico de 26 escolas, distribuídas em 13 Municípios da região.

Percebo que existem escolas que trabalham a questão da diferença. Então, generalizar dizendo que as escolas não estão trabalhando é outro erro com o qual temos de ter muita cautela, muito cuidado. Existem experiências que podem ser aproveitadas e socializadas com outras escolas, haja vista termos de reconhecer essas diferenças.

E a presença das diferenças nos espaços de poder é importantíssima, porque esses espaços, comandados pelas diferenças, também trazem outro ensinamento. O fato de uma travesti estar no comando de escolas do Estado dá outro direcionamento aos gestores e aos seus professores. Então, a ocupação dos espaços de poder pelas diferenças é de extrema importância.

Queria que ficasse registrada a questão da obrigatoriedade e do medo que tenho em relação ao nome. O nome não é para ser só na escola. Temos de pensar de forma mais ampla. Eu, por exemplo, tinha um nome masculino e consegui mudá-lo na Justiça, sem mudar o meu sexo. Então, por que também não lutamos para mudar o nosso nome não só na escola, mas em todos os espaços sociais? É um direito nosso. É algo a ser feito, mas não como obrigatoriedade. Temos de ter cuidado com os termos. A obrigatoriedade cria aversão. Obrigar alguém a fazer alguma coisa não é legal, mas fazer as pessoas compreenderem e, de forma afetiva, fazer com que consigam modificar sua forma de ver representa uma conquista realmente.





Pela coerção, pela obrigatoriedade, pela repressão, não conseguimos realmente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, Luna.

Julio Moreira é o próximo inscrito.

**O SR. JULIO MOREIRA** - Boa tarde a todos e a todas.

Para quem não me conhece, sou Julio Moreira, atual Presidente do Grupo Arco-Íris, do Rio de Janeiro.

Quero parabenizar a todos pela realização deste Seminário. A Casa cheia demonstra a necessidade deste espaço de debate, deste espaço de troca.

Muitas pessoas que aqui estão vieram com financiamento governamental, mas outros, como eu, vieram por conta própria. Acho que é importante fazermos este debate, qualificar este tema e trazer respostas à nossa comunidade.

Surgiram duas ideias, duas sugestões. Primeiro, termos um espaço para realmente debatermos essas práticas que estão sendo desenvolvidas. Por exemplo, o Rio de Janeiro hoje tem a Jornada de Educação, feita pela Secretaria de Educação do Estado e acompanhada pelo Conselho LGBT do Estado do Rio de Janeiro. Essa Jornada de Educação tem capacitado os diretores das escolas para a temática LGBT. Como há também vários outros companheiros no Brasil com experiência interessantíssimas, precisamos de um espaço para trocar essas experiências. Então, acho que é necessário um seminário nacional para trocarmos essas experiências, vermos caminhos e o que está acontecendo de bom no setor, para ampliarmos este debate.

Há outra questão também interessante que quero levantar e que foi até sugestão do Roberto Gonçale. Ontem, participamos de um debate na *Rádio MEC*, no Rio de Janeiro — eu, o Roberto e o Eduardo Perê, que hoje é do IBGE. Estávamos falando sobre a homofobia e tal e levantamos uma questão tirada da prova do último ENEM. Seria muito interessante termos acesso ao que os estudantes responderam sobre essa questão da homofobia, até para sabermos, de uma forma qualitativa, o que eles pensam, como eles entendem e interpretam a homofobia no Brasil. Essa é uma questão fundamental.

Senti-me contemplado pela fala da companheira. Concordo com ela em que temos de ter uma educação ampla. Quando pensamos em educação focamos



apenas a escola, mas, por exemplo, há, em cursinhos pré-vestibulares e cursos pré-profissional, situações de constrangimento. Eu fazia um cursinho para concurso público, e era sempre alvo de piadinhas homofóbicas por um aluno. Aquilo me incomodava muito, mas, diante de um batalhão de alunos rindo, fica muito difícil se defender. Então, são questões em que temos de pensar de forma mais ampla.

Temos de entender que a homofobia é uma questão que atinge não só a comunidade LGBT, mas a sociedade como um todo. Tenho batido muito nesta tecla.

Heterossexuais sofrem homofobia por tabela. E isso é um fato corriqueiro. Vimos o desastre que aconteceu com o Alexandre Ivo, companheiro de São Gonçalo — sua mãe está aqui presente —, que estava com colegas gays, sofreu homofobia e, infelizmente, foi assassinado.

Inclusive, no próximo dia 7 de dezembro, haverá uma segunda audiência sobre o caso, em São Gonçalo, e convidamos todos os que puderem ir para que se façam presentes e acompanhem esse caso, que nos chocou muito.

Era o que eu tinha a complementar. Estão todos de parabéns. E acho que é isto: temos de tocar para frente.

A escola sem homofobia pode ser uma realidade, sim. Depende muito do trabalho coletivo e da troca de experiências entre todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, Júnior.

Próxima e penúltima inscrição é de Alexandre Bortolini.

**O SR. ALEXANDRE BORTOLINI** - Boa tarde a todos.

Sou coordenador do projeto Diversidade Sexual na Escola, da UFRJ. Nós realizamos, com o financiamento do Ministério da Educação e da Secretaria de Direitos Humanos, formação de professores, formação continuada, oficina de sensibilização em escolas, produção de material didático e algumas atividades culturais também usando o Teatro do Oprimido e o audiovisual.

Gostaria de fazer um comentário um pouco mais geral, lembrando um pouco das oficinas que fazemos na escolha das escolas.

Uma das maneiras de ofender alguém que julgamos ser homossexual é chamá-lo de “mulherzinha”. É impressionante pensar que mulher pode ser um xingamento. É como se, com isso, a pessoa fosse rebaixada a um lugar inferior



àquele pensado para os homens. E uma das maneiras de falar de uma mulher lésbica é dizer que ela está querendo ser homem. Como se ela quisesse alcançar uma posição maior do que é o seu devido lugar nessa hierarquia.

Estou falando isso para pensarmos o quanto os preconceitos com relação à orientação sexual estão intimamente ligados a questões de gênero, a hierarquias de gênero, a desigualdades entre homens e mulheres, à forma como a nossa sociedade constrói masculinidade e a feminilidade, às normas que têm a ver com o jeito de andar, de sentar, de falar, de se comportar. Isso é o que mais escutamos: *"Ah, mas se ele também não tivesse aquele jeito tão exagerado..."* — *"Mas também precisa ser assim?"* — *"Precisa falar assim?"* — *"Precisa andar desse jeito?"*.

Lembro-me de uma professora que, em uma oficina, depois de fazermos uma discussão sobre preconceito, violência, etc., comentou: *"Nossa, mas como deve difícil e angustiante viver fora da norma!"*. Eu respondi: *"Olha, professora, sem dúvida, acho que é bem angustiante viver fora da norma, mas queria que você pensasse em como também deve ser angustiante viver dentro da norma. Como também deve ser difícil ser uma mulher heterossexual, que tem de ser sempre magra, sempre bonita, sempre jovem, sempre disponível, sempre romântica, sempre carinhosa, que tem de ter a maternidade como seu único e maior projeto de vida. Como também deve ser difícil ser um homem heterossexual, que não pode expressar seus sentimentos, que tem de estar disponível para uma relação sexual quer queira ou não, que tem de sair na porrada todos os dias para provar sua masculinidade, que tem de afirmar essa masculinidade cotidianamente, inclusive, inclusive se acostumando com a violência e se tornando um ser violento também.*

Então, isso só para pensarmos o quanto a homofobia, o quanto a heteronormatividade, o quanto tudo isso o que nós estamos discutindo aqui afeta, seja na escola, seja na sociedade, não apenas gays, lésbicas, travestis e transexuais. E, mesmo se afetasse apenas esses, já seria suficiente para fazermos tudo isso. Mas não afeta só esses grupos, afeta todos os homens e todas as mulheres, porque tem a ver com as formas como a nossa sociedade cria normas de cada ser humano se comportar — vestir, andar, pensar, construir projetos de vida.

É importante termos isso em mente quando pensamos em perspectivas de trabalho, de legislação, de lei, de política pública. E não estamos pensando aqui



uma política pública para gays, lésbicas, travestis e transexuais apenas como as vítimas dessa homofobia, mas numa política pública para refundar as relações de gênero na nossa sociedade, para refundar o modo como a nossa sociedade trabalha com gênero e com sexualidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, Alexandre.

A última inscrição é da Sargento Regina, que está com a palavra.

**A SRA. SARGENTO REGINA** - Eu gostaria de saudar todos e todas na pessoa do Presidente da ABGLT, Toni Reis.

Sou primeiro-sargento da Polícia Militar do meu Estado, estou Vereadora de primeiro mandato, sou Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Trabalho e das Minorias da Câmara Municipal de Natal e sou lésbica. (*Palmas.*)

Cheguei à Câmara Municipal com uma missão muito difícil. Vim de uma categoria que, na sua maioria, é masculina e, na Câmara Municipal, somos apenas duas mulheres. Somos apenas duas Parlamentares num universo de 21 Parlamentares — e as Parlamentares que estão aqui sabem o que estou falando. Ainda somos minoria nas Casas Legislativas.

Como trabalhar? De imediato, criamos a frente Parlamentar de Combate ao Preconceito e à Discriminação, que hoje abriga 17 instituições que congregam negros, afrodescendentes, gays, lésbicas, travestis, ciganos. Conseguimos aprovar algumas leis. Para mim é uma grande honra poder hoje prestar contas do meu trabalho como lésbica à ABGLT.

Na realidade, Toni, estamos aqui para prestar contas do nosso trabalho como Parlamentar lésbica.

Criamos o Dia Municipal de Combate à Homofobia, o Dia Municipal da Visibilidade Lésbica, o Dia Municipal das Travestis e Transexuais, o Dia Municipal da Visibilidade Afro-brasileira e Ameríndia. E todas essas leis com garantias de inclusão no calendário oficial da Prefeitura. (*Palmas.*) Também instituímos o nome social das travestis e transexuais em toda a rede pública municipal, e fiscalizamos na íntegra se a lei está ou não sendo cumprida.

Criamos a Coordenadoria da Diversidade Sexual na Secretaria Municipal de Saúde. E garantimos, por meio de projeto de lei de nossa autoria, a obrigatoriedade



de atendimento à mudança de sexo com intervenção cirúrgica realizada pelo Sistema Único de Saúde, o que conseguimos agora, recentemente.

Mas, na verdade, quero deixar uma reflexão à Mesa e principalmente ao representante do MEC. A escola sem homofobia deve se estender também às academias de polícia e centros de formação e qualificação de operadores de segurança pública. Por que digo isso? Porque é a minha categoria e a minha instituição, e sei o quanto há de homofobia nesse setor. Então, seria muito interessante que o MEC pensasse na escola sem homofobia também, e prioritariamente dentro das academias e dos centros de formação e qualificação dos operadores de segurança pública.

Era só isso, muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, Sargento. Obrigado a todos que participaram.

Antes de passar a palavra, com novo pedido de agilidade, aos nossos convidados, quero acrescentar duas perguntas rápidas que chegaram e que tratam da questão da mídia. Essas perguntas agora foram direcionadas pelos internautas.

A primeira diz o seguinte:

*“Na opinião dos convidados, qual o papel que os meios de comunicação, em especial com seus ditos programas de humor, têm no fomento da homofobia nas escolas? É possível diminuir o preconceito ao mesmo tempo em que se é exposta uma imagem deturpada e estereotipada dos LGBT? O que separa o humor da homofobia?”*

Essa pergunta foi direcionada por Wendel Mota, de 22 anos, da cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo. Ele é graduando em Física pela UNICAMP.

A segunda pergunta diz o seguinte:

*“Sou Márcia Cristina e moro em Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul. Sou lésbica e casada há quatro anos. Minha pergunta se refere à propaganda.*



*O Ministério da Educação também utiliza a mídia como importante ferramenta de divulgação dos avanços realizados na educação.*

*Quero saber se esse mecanismo também será utilizado para alertar a população de que o combate à homofobia será, sim, parte do currículo escolar, pois precisamos saber como a população será informada. Esse comercial será apresentado no intervalo de programas em horário nobre?"*

É a pergunta que faz Márcia Cristina, de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul.

Agora, passarei a palavra aos nossos convidados, para que eles possam, ao mesmo tempo em que abordam rapidamente as questões que foram trazidas aqui pelo público que acompanhou nossos trabalhos ativamente — e já agradecemos a todos essa participação, a passiva também... *(Risos.)* —, já fazerem suas considerações finais.

Do mesmo modo, agradeço aos convidados que aqui deram importante contribuição para a reflexão de todos.

Com a palavra, o Sr. Carlos Laudari.

**O SR. CARLOS LAUDARI** - Há dois pontos dos tópicos que foram comentados pelos senhores que eu gostaria de abordar rapidamente.

O primeiro é a questão da família, que foi comentada por várias pessoas. Consideramos esse elemento fundamental. Tanto que, há algum tempo, havíamos escrito uma proposta de continuidade do projeto ao MEC. Não sei bem como vai ficar isso, tenho de discutir com a ABGLT. Mas o interesse que têm a ABGLT e todas as organizações partícipes do projeto é realmente abordar a família. A abordagem à família deve ser feita junto com a escola — não estou dizendo que a tenhamos de fazer uma campanha isolada.

Quem é a família? Queremos trabalhar a família do aluno juntando a escola, e realmente fazer essa triangulação consideramos fundamental.

Em relação ao que foi perguntado em relação aos Direitos Humanos, deixo isso para as relações internacionais. Há mais mistérios entre o céu e a terra, então, não sabemos bem. Vamos deixar isso quieto.



Eu quero terminar agradecendo, em primeiro lugar, à ABGLT a confiança que depositou na Pathfinder para gerenciar esse projeto, que foi, sem dúvida, o mais importante que a Pathfinder teve em seus 30 anos de existência aqui no Brasil. Tínhamos sido e somos ainda parceiros do Ministério da Saúde no Programa Nacional de AIDS, bons parceiros, já de muito tempo, no planejamento familiar e tudo isso. Mas foi a primeira vez que trabalhamos com o MEC. Foi um prazer.

Realmente agradeço não somente à ABGLT, mas também à ANTRA e à ABL a confiança que depositaram na Pathfinder para implementar esse projeto, que acho que era importante.

O que é fundamental? E aí talvez vá uma crítica. Esse projeto é o começo, o primeiro passo. Não vou dizer o nome, mas, outro dia, recebi um *e-mail* de um ativista na ABGLT dizendo assim: *“Tanto dinheiro gasto, e ainda há homofobia nas escolas”*. Pelo amor de Deus! Se fôssemos capazes de resolver por meio de magia assim, não haveria mais assassinatos gays com tanto dinheiro gasto nas paradas.

ABGLT, Pathfinder, ECOS e Reprolatina, com todo respeito, passam a bola para o Ministério da Educação. Passam a bola! O material está feito, a pesquisa está feita, a conscientização sobre o problema solidificada. É agora responsabilidade do MEC, por intermédio da SECAD, pôr isso adiante.

Fico feliz e tenho certeza de que, com a manutenção do Governo Dilma, esse projeto vai ser implementado. Eu teria dúvida se fosse o contrário. Mas passo a bola aqui sabendo que quem vai pegar vai atacar. Então, faça o gol. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, Carlos. Muito obrigado à Pathfinder também pela contribuição a esse debate.

Passo a palavra ao nobre colega Deputado Carlos Abicalil, para fazer suas considerações.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL** - Amigos e amigas, a riqueza das expressões todas que ouvimos aqui seguramente apontam com muita clareza para o fato de que não há como, num seminário como este, fazer considerações finais. Estamos sempre fazendo considerações de trânsito, e de trânsito na multifacetada compreensão desse termo, que significa o que é perene, o que é mudança segundo a filosofia pré-socrática, isto é que é perene: a mudança.



Em relação àquilo que foi trazido pelos internautas, uma pergunta chama a atenção porque ela fala de intervenção estatal sobre as famílias. Foi a intervenção estatal que caracterizou o tratamento cruel a animais, foi a intervenção estatal que tipificou a violência física contra as crianças, no Estatuto da Criança e do Adolescente, como crime. Foi a intervenção estatal que caracterizou, pela Lei Maria da Penha, a violência invisível no interior das quatro paredes, às vezes, as mais discretas de cada família, como sendo também uma regra de conduta de valorização da vida e de dignidade humana. Não há, portanto, nenhuma razão para temer intervenção estatal na afirmação de que homofobia é crime. (*Palmas.*)

Nessa condição, portanto, tenho absoluta convicção de que o debate vai prosseguir com todos os calores e cores que ele provoca. O que não nos é permitido é fazer de conta que ele não existe. O que não nos é permitido é entender que a causa fica encerrada porque a bola está passada para o MEC, até porque entendemos que time que não estiver em campo não movimenta a torcida, e se a bola que for para lá não estiver em campo, vamos buscá-la, e o MEC que corra atrás para fazer o gol, porque essa é a condição fundamental do jogo que nós temos.

Falamos aqui de hierarquia de valores e falamos de exercício de poder e de ocupação de espaço de poder. Eles são tão relevantes que fazem, por exemplo, com que o testemunho de uma das duas Vereadoras em uma Casa de 21 Vereadores lá no interior do Brasil, porque Natal é conhecida como interior do Brasil, não é São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, efetivamente, demonstra aquilo que é realidade, fato, que promove alterações de comportamento, que desvela instituições e que reclama atenção. Muito provavelmente, sem o programa *Brasil sem homofobia*, não estaríamos tratando nas entranhas da segurança pública, e eu estou falando de todas as organizações de defesa nacional, de segurança pública, de situações de tratativa de seu próprio corpo, de tratamento de seu próprio corpo, e parte da violência cometida contra os cidadãos e cidadãs reflete nada mais e nada menos do que o medo de se ver refletido no espelho.

Essa condição é que faz com que a Câmara dos Deputados nas três Comissões que se reúnem neste Seminário de hoje tenha absoluta convicção de que este é um papel adicional àquele que veio da pesquisa, a mobilização. E aqui há 3 características humanas que quero dizer que são imprescindíveis em toda luta que





se faz a favor da vida e/ou estabelecendo a diferença como valor: carinho, curiosidade e coragem. Essas três formas de comportamento humano são imprescindíveis, o carinho, a curiosidade e a coragem, para que a felicidade possa ser experimentada no seu tempo oportuno, no seu tempo próprio, no tempo que é o contemporâneo e, evidentemente, se aprende muito com aquilo que já foi vivido no passado, mas aquilo que foi vivido no passado nos leva a reflexões importantes, como, por exemplo, as retratadas e mencionadas aqui hoje no livro *Devassos no Paraíso*, mas efetivamente aquela experiência e riqueza dos testemunhos vividos de hoje forjam questões que seguramente não foram respondidas naquele tempo.

Também concordo em que não se deva culpabilizar de maneira inquisitorial — usando a expressão aqui proferida — professoras e professores. Mas tal como qualquer outro cidadão que convive, não é permitido ao professor e à professora a condição de indiferença diante da violência, mesmo tendo em vista os seus próprios temores, sua própria formação religiosa e familiar, sua própria condição de cidadão ou cidadã. Porque ele está num universo de formação de política pública e de convivência humana que não se reproduz como espaço público em nenhum outro segmento da sociedade.

São os vigias das escolas, as merendeiras, os professores e professoras, as supervisoras, muitas vezes, confidentes e cúmplices de profundos sofrimentos.

E não há uma política pública realizada hoje em países chamados civilizados para aqueles que querem se contrapor ao Irã, uma condição de convivência humana por tanto tempo continuada e por tantas pessoas, como a escola. São 54 milhões de pessoas, convivendo no mesmo espaço, pelo menos por duzentos dias ou oitocentas horas por ano, compartilhando tempos, linguagens, expressões visíveis e perscrutando aquelas que são invisíveis, em busca, inclusive, de sombras, para evitar que se transformem em assombrações.

Nessas condições, efetivamente, a inquisição não deve funcionar. Não deve haver culpado e inocente individualmente. Mas há um aspecto da inquisição que é profundamente inquietante. Diante da pergunta malfeita, forja-se a resposta que incomoda, mesmo que esse incômodo leve, inclusive, à fogueira.

O medo de se queimar é talvez o imperativo categórico mais presente entre os professores e professoras, por diversas pressões, e também entre os



funcionários e funcionárias das escolas. E acredito que, nas instituições de segurança pública, não deva ser nada diferente. Nas instituições de saúde pública, talvez ocorra de maneira mais perceptiva entre os enfermeiros e enfermeiras. Muitas vezes, assimila-se de maneira jocosa o comportamento efeminado como sendo o mais natural entre as pessoas que lidam cotidianamente com a fragilidade humana, com a aflição humana, lá, no lugar do atendimento de saúde às vezes tão ocasional e, na maioria das vezes, tão profundamente desumano — desumano não só com os profissionais, mas especialmente com os cidadãos e cidadãs.

Creio portanto que, do que nós estamos discutindo aqui não há como recortar o ambiente escolar. Ele não está imune a tudo aquilo que é da centralidade da vida humana. Por isso, mais importante do que seminários como este é sairmos da posição de excêntricos e excênticas e ocuparmos a posição de humanos e humanas no centro de nossa convivência, especialmente porque o centro de nossa convivência é o centro da política e da ação pública.

Parabéns a todas e todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Muito obrigado, Deputado Carlos Abicalil.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo de Oliveira Júnior, que aqui representa o Ministério da Educação, para fazer suas considerações.

**O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA JÚNIOR** - Após esta fala, ficaremos com um compromisso e uma responsabilidade bem maiores.

Eu quero começar já apresentando os agradecimentos do Ministério da Educação.

A parceria com a Pathfinder foi incrível. Nos tempos atuais, temos sempre um discurso na Administração Pública, que tenta, de certa forma, não ver a importância dos movimentos sociais, das ONGs. Mas, com a Pathfinder, nós podemos afirmar que existem ONGs com capacidade técnica e compromisso com a questão de diversidade sexual e do combate à homofobia, existem ONGs que podem ajudar a Administração Pública e as políticas públicas de educação a avançarem neste País.

Com relação ao jogo, Laudari, acho que estamos nos primeiros 5 minutos. Com certeza, essa bola vai ser muito bem trabalhada entre os parceiros, entre o Ministério da Educação, a Pathfinder e mais parceiros que, com certeza, vamos



encontrar em nossa caminhada, que, infelizmente, ainda é longa, até que nós possamos realmente dizer que o Brasil é um país sem homofobia, que as nossas são escolas sem homofobia.

Há uma série de outras perguntas que foram dirigidas diretamente ao Ministério, e eu quero, na verdade, fazer um resumo e tentar sintetizar as respostas, porque são vinte e poucas questões.

A respeito da formação dentro da área de gênero e diversidade sexual, identidade de gênero, foi muito bem colocado o que a Luma afirmou. De fato, precisamos fazer a formação em todos os níveis de ensino. Não adianta apenas formar no ensino superior. Sim, o ensino superior forma os nossos profissionais. E é necessário investirmos e que haja políticas próprias, sim, mas é também necessário começarmos o combate à homofobia desde os primeiros anos.

Por isso que o trabalho que nós realizamos com a Pathfinder foi voltado para a educação básica, de informação e de conscientização na educação básica.

E é necessário que as políticas, na verdade, se articulem, tanto as políticas da educação básica quanto as da educação superior, que tenhamos políticas voltadas para a educação básica e que, na educação superior, tenhamos instituições de ensino que realmente tomem para si a responsabilidade dessa questão.

Sim: atualmente, as universidades públicas e particulares ainda não têm instituído e não têm discutido e refletido acerca da questão da diversidade sexual de gênero e identidade de gênero. Isso é verdade? Sim, é verdade. Mas temos criado algumas estratégias para forçar que as universidades se abram.

Uma delas é relativa às nossas formações, ainda muito restritas à formação continuada, porque, na verdade, se torna uma formação inicial. Inicial, por quê? Porque aqueles profissionais formados nunca ouviram falar de homofobia, nunca ouviram falar de identidade de gênero: *“O que é identidade de gênero?”* Nunca ouviram falar sobre esses assuntos.

Por meio dessa formação continuada, nós conseguimos chegar a diversos profissionais da educação, nas diversas regiões do País, com curso de gênero e diversidade na escola, com curso de gênero e políticas públicas de gênero e raça, e outros cursos dentro da área de educação em direitos humanos com que também trabalhamos no Ministério da Educação.



É preciso avançar? Sim, é preciso avançar, mas acredito que nós estamos num caminho correto, num caminho para realmente fazer com que o sistema de ensino traga para si a responsabilidade da discussão e implementação das ações de combate à homofobia.

Sobre a questão do nome social que colocaram e por que o CNE não adota para si a incumbência de emitir uma resolução, um parecer a respeito da questão do nome social. A respeito dessa questão, ainda no ano passado houve uma tarefa, muito bem conduzida, aliás, pelo Toni Reis, da ABGLT, que mandou um comunicado ao Ministério da Educação pedindo o nosso apoio para a questão da divulgação e orientação a respeito do nome social.

Imediatamente, o nosso Ministro, juntamente com o Secretário André Lázaro, produziu um documento oficial, encaminhado ao CNTE — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação —, pedindo que eles, dentro da sua competência, “startassem” as reflexões e o debate sobre as temáticas quanto à adoção do nome social no sistema de ensino, chamando, claro, os seus parceiros, os Secretários Municipais e Estaduais de Educação.

Isso foi no ano passado, em 2009. Neste ano, nós fizemos outro comunicado, diretamente aos Secretários de Educação dos Estados, 26 Estados e mais o Distrito Federal, mais uma vez orientando a respeito da importância da adoção das discussões do nome social dentro das redes de ensino.

Naquele momento em que nós enviamos esse comunicado, que foi o início desse *advocacy* da ABGLT, nós tínhamos apenas dois Estados que realmente já tinham um parecer do próprio Conselho Estadual de Educação e outro da Secretaria de Educação, e hoje estamos com 17.

Ou seja, em apenas um ano, Toni, conseguimos partir de dois Estados para 17, e isso, é claro, com o trabalho maciço da ABGLT, da ANTRA, e de outras instituições vinculadas à ABGLT. Portanto, conseguimos contribuir em certa medida com essa tarefa.

Acho que é isso. Reafirmo, e pegando o gancho da fala do Deputado Carlos Abicalil, não há como fazer considerações finais, essa discussão está apenas no começo, e precisamos, sim, aprofundar as discussões, abrir outras frentes de iniciativas.



A proposta da Pathfinder para trabalhar as famílias não é inócua. O Ministério da Educação a está encaminhado para debates, a fim de verificar como, no âmbito do Ministério, operacionalizar essa proposta da Pathfinder e até mesmo encaminhar ações mais específicas em relação ao trabalho com as famílias. E, aí, quando se fala em trabalho com a família, não é somente com a família, mas no ambiente escolar, para que se resgate a participação de pais, da comunidade escolar nessa rede de ensino.

Estou dizendo que é necessário trazer pais, mães, etc. para discutirem a educação que está sendo dada e trabalhada na escola. Aí, sim, poderemos falar de uma formação que atinja os alunos e também os seus pais ou responsáveis. Com certeza, dessa forma, mudaremos os dois ambientes, o escolar e o familiar, que também pode ser um promotor dessa mudança que pretendemos.

Mais uma vez agradeço à Casa o espaço aberto ao Ministério da Educação, coloco o Ministério à disposição. Estamos sempre disponíveis para dialogar com este Parlamento, com a ABGLT e com outros movimentos a respeito da homofobia, assunto relevante que precisa ser enfrentado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Iran Barbosa) - Obrigado, Rodrigo, a todos os convidados, a todos que participaram deste Seminário.

Ao finalizar, agradeço à Sra. Jane de Castro, que esteve aqui com seu talento e sua sensibilidade, junto conosco, cantando o Hino Nacional.

O Seminário serve para muitas coisas, inclusive para percebermos como a ignorância e o preconceito podem tentar, embora não consigam, apagar tantos talentos, quer seja para a arte, quer seja para o enfrentamento das dificuldades, criando organizações que ajudam a unificar aqueles iguais na luta pelos seus direitos; quer seja no enfrentamento ao preconceito nas profissões que exercem como mestres, professores, enfermeiros; quer seja enfrentando as dificuldades para galgar formação em níveis mais elevados; quer seja enfrentando o desafio de ocupar a institucionalidade para falar das necessidades daqueles que representam, os que estão, os que chegam.

Enfim, a ignorância e o preconceito terminam criando uma série de dificuldades para que tanta coisa bonita e necessária à nossa existência tenha oportunidade de acontecer.



Agradeço com muito carinho a todos a presença, agradeço também àqueles que nos acompanharam pela Internet, os internautas, e peço desculpas pelo fato de não termos podido dar vazão a todas as perguntas que chegaram.

Anuncio que amanhã, às 10 horas, haverá uma manifestação pública em oposição à violência praticada contra as mulheres. Esse evento, fruto do trabalho de uma organização das centrais sindicais e dos movimentos sociais, será no auditório Nereu Ramos.

Aproveito para convidar o Sr. Jean Wyllys para tomar assento à mesa (*palmas*), ele, que vai conduzir agora a cerimônia da entrega do prêmio *Educando para a Diversidade Sexual*.

Jean Wyllys é jornalista, Mestre em Literatura, professor de Teoria da Comunicação e, agora, Deputado Federal, eleito pelo PSOL do Rio de Janeiro.

Seja muito bem-vindo.

Eu quero apenas concluir os trabalhos. Informo que todo o conteúdo do seminário foi gravado e será disponibilizado em áudio nas páginas das Comissões que promoveram este evento.

Nada mais havendo a tratar, encerro o presente seminário, antes convocando seminário sobre assassinatos de LGTB, que será realizado no dia de amanhã, 24 de novembro, às 14h, no plenário 9, neste corredor das Comissões.

Concedo a palavra, com muita satisfação, ao Sr. Jean Wyllys. (*Palmas.*)

(*Manifestação na plateia: É tudo! É ele!*)

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Boa noite a todos. Agradeço aos Parlamentares, aos meus colegas, alguns deles amigos de Movimento.

Sáimos mais ricos dessa discussão. Nós que somos vítimas da homofobia entendemos com muito mais clareza que a homofobia é um horizonte de injúrias, de violências verbais e físicas que nos atingem desde muito cedo e que, quando não nos mata ou não nos leva ao suicídio, produz em nós mesmos, homossexuais, a homofobia. Nós também, homossexuais, somos homofóbicos em muitas medidas.

Cito o Deputado Carlos Abicalil, que diz que a homofobia internalizada impede que saíamos do lugar excêntrico para ocupar o centro do poder. Por isso, entra eleição, sai eleição, os LGBTs, embora encham as paradas, não conseguem eleger os representantes do Movimento que se candidatam.



Temos que levar para casa uma pergunta: qual é a nossa responsabilidade no fato de os Deputados Carlos Abicalil, Iran Barbosa, e a Senadora Fátima Cleide não terem sido reeleitos? Levemos para casa essa reflexão sobre a nossa responsabilidade nisso. (*Palmas.*)

Passamos à entrega do prêmio.

O prêmio Educando para a Diversidade Sexual tem a finalidade de reconhecer, valorizar e incentivar a promoção do respeito à diversidade sexual no ambiente educacional no Brasil.

O prêmio foi idealizado pela Aliança Global para Educação LGTB — GALE, comunidade internacional de aprendizagem para educadores, que visa promover a inclusão plena de pessoas que são prejudicadas por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero, identificando, aprimorando e compartilhando conhecimentos especializados na área de educação.

O prêmio foi executado pela Organização Não Governamental Centro Paranaense da Cidadania. Foram recebidas e contempladas iniciativas de todas as regiões do País, exceto da Região Norte.

As iniciativas foram avaliadas por uma Comissão julgadora, que elegeu 10 para serem premiadas com troféu e certificado e mais 3 para receberem menção honrosa. Posteriormente, as iniciativas serão publicadas na forma de um compêndio com o intuito de proporcionar subsídios para outros empreendimentos de promoção do respeito à diversidade sexual no ambiente educacional.

As iniciativas recebidas também estarão postas à disposição no Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mote, em Curitiba, e nos acervos dos principais apoiadores da premiação.

Esses apoiadores são: Programa Conjunto das Nações Unidas contra HIV/AIDS – UNAIDS; Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura — UNESCO; Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Saúde, Departamento DST/AIDS e Hepatites Virais, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Área Técnica de Saúde da Mulher; Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Serviço Social; Prefeitura Municipal de Curitiba; Comissão de Legislação Participativa; Comissão dos Direitos Humanos e Minorias, Comissão de



Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Frente Parlamentar de Cidadania LGBT; Pathfinder do Brasil; Reprolatina — Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; ECOS — Comunicação em Sexualidade; ABGLT; Articulação Brasileira de Lésbicas — ABL; Articulação Nacional de Travestis e Transexuais — ANTRA; Associação Brasileira de Gays — ABRAGAY; E-Jovem — Escola Jovem LGBT; Associação Brasileira de Pais e Mães de Homossexuais – GHP; e por fim, a Revista *Viração*. (Palmas.)

Vamos dar início à entrega dos troféus.

Eu peço aos premiados que, por favor, sejam breves nos agradecimentos, porque já nos comunicaram que o nosso tempo é exíguo.

Na categoria Pesquisa sobre Educação e Diversidade Sexual, convido para receber o troféu do prêmio Educando para a Diversidade Sexual a Sra. Tatiana Lionço, do ANIS — Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero de Brasília, Distrito Federal. (Palmas.)

Para entregar esse troféu, convido um dos grandes aliados da causa LGBT no Congresso Nacional, nosso Excelentíssimo Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro. (Palmas.)

**A SRA. TATIANA LIONÇO** - Em nome do ANIS, eu gostaria de agradecer este reconhecimento público e dizer que nós não fizemos esse projeto sozinhas. Esse projeto deve agradecimento ao Poder Executivo. Seu trabalho de pesquisa foi financiado pelo Ministério da Saúde e contou com a colaboração de pesquisadores de várias universidades federais, como as de Brasília, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e da Bahia, e de pesquisadores de ONGs, como Corsa e Nuances.

Nós estamos muito felizes porque percebemos nos fóruns de discussão o espaço que as obras vêm tendo no Brasil. As pessoas encontraram, de fato, no livro e nos artigos apoio para reflexão sobre como lidar com a homofobia nas escolas.

Eu gostaria de agradecer também à ABGLT e à GALE o reconhecimento e à Câmara a oportunidade de dar publicidade ao evento e o reconhecimento.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Na categoria Dissertação sobre Diversidade Sexual no Ambiente Educacional, convido para receber o troféu do





prêmio Educando para Diversidade Sexual a Profa. Maria Alcina Ramos de Freitas, de Maceió. (*Palmas.*)

Quem vai entregar o prêmio à Maria Alcina é o Presidente da ABRAGAY, nosso querido Marcos Trajano. (*Palmas.*)

A Profa. Cininha ganhou esse prêmio graças à dissertação de mestrado chamada *Purpurina na terra do cangaço: refletindo a homossexualidade na escola*, pela Universidade Federal de Alagoas.

**A SRA. MARIA ALCINA RAMOS DE FREITAS** - Do Centro de Educação dessa Universidade saiu o nosso primeiro trabalho de homofobia.

Primeiro, agradeço à GALE, à ABGLT e ao querido Toni Reis a liderança. Esta premiação, neste momento, é um incentivo para distribuímos mais purpurina na terra do cangaço. (*Risos.*) É o primeiro passo. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Na categoria Artes Cênicas, convido para receber o troféu do prêmio Educando para Diversidade Sexual o Sr. Leandro Lopes do Nascimento, Diretor Artístico do Grupo de Teatro do Oprimido Diversidade em Cena, do Rio de Janeiro.

Quem vai entregar o troféu ao Leandro é a Sra. Lilian Romão, da *Revista Viração*. (*Palmas.*)

Leandro está sendo premiado por conta do espetáculo *Coisas de Menina*, que conta a história de uma lésbica que quer se afirmar no ambiente escolar.

**O SR. LEANDRO LOPES DO NASCIMENTO** - Eu quero agradecer e lembrar que esse foi um trabalho coletivo em todos os sentidos. Contamos com a parceria do projeto Diversidade Sexual na Escola, da UFRJ, que possibilitou essa ação, com financiamento da SECAD e da Secretaria de Direitos Humanos. Contamos também com a parceria do Centro de Teatro do Oprimido e de todos os integrantes, que ajudaram em todos os momentos de produção do espetáculo.

Esse espetáculo que estamos apresentando nas escolas da cidade do Rio tem sido muito prazeroso. Nós estamos finalizando este ano as apresentações. Esperamos que no próximo ano possamos dar continuidade a ele.

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Na categoria Projeto Pedagógico sobre Diversidade Sexual, convido para receber o troféu do Prêmio Educando para a



Diversidade Sexual a Dra. Mary Neide Damico Figueiró, da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. *(Palmas.)*

Quem vai entregar o troféu é o Secretário Adjunto de Educação de Maceió, o Sr. Marcelo Nascimento. *(Palmas.)*

Mary Neide está recebendo esse prêmio graças aos Grupos de Estudos Sobre Educação Sexual: a criação de rede de formadores.

**A SRA. MARY NEIDE DAMICO FIGUEIRÓ** - É um prazer imenso estar aqui. Preparei um pequeno texto para seguir o tempo que nos é dado. Quero agradecer imensamente à GALE e ao CEPAC, em especial a Toni Reis, e a todos os órgãos de apoio pela premiação recebida.

O trabalho que desenvolvo na UEL desde o ano de 1995 é com formação continuada de educadores sexuais.

O nosso projeto esteve vinculado ao MEC/SECAD, Programa Brasil sem Homofobia, por quase 4 anos, o que, sem dúvida, deu um salto qualitativo enorme para esse trabalho.

É motivo de grande satisfação e orgulho ver reconhecido e valorizado um trabalho que sempre desenvolvemos com muita seriedade e paixão. Isso serve, sem dúvida, de incentivo para avançarmos ainda mais.

Quero deixar registrado que o prêmio Educando para a Diversidade Sexual vem trazer uma grande contribuição para a educação sexual, uma vez que ajuda a resignificar o seu real sentido, mostrando que, muito além de aulas de biologia e fisiologia da sexualidade, ela é um espaço de formação do cidadão crítico, que aprende a pensar e a participar das transformações sociais. Ela é um caminho para a formação e o aprimoramento das pessoas e dos relacionamentos humanos.

É uma honra participar deste evento, e, em nome da Universidade Estadual de Londrina e de outros colegas professores que estão comigo no projeto, de alunos nossos e dos professores e profissionais que procuram o nosso projeto, agradeço. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Na categoria Iniciativa de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual nas Escolas de Ensino Fundamental, eu convido para receber o troféu do prêmio Educando para a Diversidade Sexual a Profa.



Marina Reidel, da Escola Estadual de Ensino Fundamental de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Quem vai entregar o prêmio à Marina é a Coordenadora Estadual de Políticas Públicas LGBT do Governo do Estado do Ceará, a Sra. Andréa Rossati. (*Palmas.*)

Marina está sendo premiada por conta da iniciativa Diga Não à Homofobia Escolar, Valorizando as Singularidades e as Diferenças. (*Palmas.*)

**A SRA. MARINA REIDEL** - Eu só quero agradecer este espaço a essas pessoas todas que foram citadas e dizer que, sim, eu sou trans, sou professora, sim, sou da escola pública, sim, levo a bandeira adiante, e quero também dedicar este prêmio aqui referido aos meus alunos, à comunidade escolar à qual eu pertenço, porque sem eles o projeto não aconteceria.

Dedico também este prêmio a todas as travestis e transexuais do Brasil que ainda não chegaram à escola ou que desistiram na metade do caminho. Eu não vou descansar enquanto não as vir todas na educação, com algum diploma na mão.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Na categoria Iniciativa de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual nas Escolas de Ensino Médio, convido para receber o troféu do prêmio Educando para a Diversidade Sexual a Sra. Tania Mara Garib, Secretária de Trabalho e Assistência Social do Estado de Mato Grosso do Sul. (*Palmas.*)

E quem vai entregar o troféu à Sra. Tania Mara é a Sra. Renata Ferreira Jardim de Miranda, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia. (*Palmas.*)

Tania está sendo premiada por conta do projeto Educar para a Vida é Educar para a Diversidade. (*Palmas.*)

**A SRA. TANIA MARA GARIB** - Boa tarde a todos. Cumprimento esta Mesa grandiosa que conduziu este seminário, proporcionando-nos um grande aprendizado e levando a todos os que nos assistem via Internet essas informações. Saúdo todos vocês que estão aqui. Quero dizer que quem deveria estar comigo neste momento era o Leonardo, Coordenador do Centro de Referência de Direitos Humanos e Combate à Homofobia, um órgão da Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

Em Mato Grosso do Sul, nós trabalhamos integrados. Embora seja um tema de escola, ele é trabalhado de forma integrada com todas as políticas públicas junto



com os alunos da Secretaria de Educação. Quero agradecer, em nome de todos, ao Toni Reis, que representa todos vocês neste momento, a possibilidade de estimular grupos como esses e tantos outros, como estes homenageados aqui, a divulgarem as suas tarefas. Como se falava na possibilidade de trazer experiências aqui, fica a sugestão no sentido de fazer um prêmio de experiências exitosas que possa ser apresentado com cuidado.

Quero dizer a vocês que, nesse projeto piloto com o ensino médio, primeiramente na capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, nós temos a diferença em 380 alunos do ensino médio. Por isso, esse projeto não acabou. Nós queremos fazer deles — e, por relatos dos próprios professores, houve uma mudança no comportamento e nas atitudes — os futuros multiplicadores para o ensino médio como estagiários desse centro, aqueles que mais se destacarem, com a possibilidade de irem para o interior também. Isso é um mérito para nós. É um mérito que será dividido com todos os que participaram desse experimento e com certeza com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Na categoria Publicação sobre Educação e Diversidade Sexual, convido para receber o troféu do prêmio Educando para a Diversidade Sexual, o Sr. Alexandre Bortolini, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Quem vai entregar o troféu ao Alexandre é a Vereadora Mary Regina dos Santos Costa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Trabalho e das Minorias da Câmara Municipal de Natal. (*Palmas.*)

Alexandre está recebendo o prêmio pelo projeto Diversidade Sexual na Escola e pelo livro *Diversidade Sexual na Escola*.

**O SR. ALEXANDRE BORTOLINI** - Agradeço, em nome da Universidade Federal do Rio de Janeiro, à GALE, à ABGLT, ao Congresso, enfim, a todas as organizações que participaram na construção desse prêmio. Quer dizer o quanto é importante esse prêmio obviamente para reforçar essas práticas, esses trabalhos, esses projetos que nós desenvolvemos nas universidades, no contexto das nossas regiões.



Esse livro foi construído a partir dos relatos das experiências de educadores e de jovens que nós recolhemos durante as oficinas que realizamos em escolas e atividades que nós fazemos com os jovens. É uma construção coletiva, há textos aqui inclusive da Majorie Marchi, Presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro, e de outros pesquisadores da Universidade.

Na verdade, quero dedicar este prêmio à juventude *gay*, lésbica, travesti e transexual que está hoje dentro das nossas escolas. Eu estava comentando com uma jornalista o fato de que não há nenhuma escola onde nós vamos fazer uma oficina hoje em que, antes de realizar a oficina, não tenha havido um aluno *gay*, uma aluna lésbica, uma aluna travesti ou transexual que não tenha, além de sofrido algum tipo de violência, bancado a sua diversidade dentro dessa escola, enfrentado a Direção, os professores, para afirmar a sua identidade e seus direitos. E essa juventude, sem mandato, sem verbas, sem projetos, sem prêmio é que está cotidianamente transformando a realidade das nossas escolas. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Na categoria Dissertação sobre Diversidade Sexual no Ambiente Educacional, convido para receber o troféu do prêmio Educando para a Diversidade Sexual a Profa. Dayana Brunetto dos Santos, da Secretaria de Estado de Educação do Paraná. (*Palmas.*)

Quem vai entregar o prêmio é o Coordenador-Geral de Educação e Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos, Sr. Fábio Potiguar Santos. (*Palmas.*)

O prêmio de Dayana é por conta da dissertação de mestrado *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas.*

**A SRA. DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS** - Boa noite a todos. Eu quero agradecer ao CEPAC, à GALE e à ABGLT o reconhecimento do trabalho e quero dizer que esse prêmio só foi possível por conta das pessoas trans que participaram da minha pesquisa. Quero agradecer e prestar uma reverência a todas as pessoas trans, que são guerreiras, são maravilhosas, são encantadoras, são lutadoras, e por quem tenho uma grande admiração. Em especial, cumprimento a Rafaeli, que participou, e a Carla Amaral.

Também queria agradecer à minha mulher, à minha família, sapatão, (*risos*) maravilhosa, que me apoiou. (*Palmas.*) Em todos os momentos, em todas as lágrimas, em todos os sofrimentos, ela me apoiou e participou dessa minha vitória.



Além disso, eu quero agradecer ao meu filho, que tem 6 anos e se chama Rafael Augusto, e que é o meu projeto de vida para uma sociedade melhor e mais justa para a gente. Hoje ele vê pessoas trans e só consegue chamá-las de tia Rafa, tia Carla, e ponto final. Não tem outra denominação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Na categoria Iniciativa de Inclusão de Travestis e Transexuais no Ambiente Educacional, eu convido para receber o troféu do prêmio Educando para a Diversidade Sexual a professora Luma Andrade, da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. (*Palmas.*)

Quem vai entregar o troféu à Luma é o Sr. Gil Casimiro, Assessor da Unidade de Articulação com a Sociedade Civil e Direitos Humanos. (*Palmas.*)

**A SRA. LUMA ANDRADE** - Primeiro, quero dizer obrigada à Mesa, obrigada ao Toni, obrigada a todos os que estão envolvidos neste momento.

Nem todo o mundo pensa como a gente. O que é violência para a gente pode não ser para outros. Pergunte para um nazista se o que ele fazia com os homossexuais judeus era uma violência, um crime contra a humanidade. Para ele, não era; para mim, é. Então, existem pessoas que ainda não tomaram consciência do que de fato é violência e o que é mau trato. E nós que temos o conhecimento temos a obrigação de tentar disseminar esse conhecimento, para que as pessoas tenham uma tomada de consciência e possam entender realmente o que é violência.

Gostaria de dizer também que nenhuma travesti, nenhuma trans — eu sou travesti —, nenhuma homossexual pode deixar de sonhar. Todos nós temos que sonhar, sim. É possível alcançar os objetivos? É sim. Tentaram me impedir por várias vezes e estão tentando. Para eu ensinar no ensino médio, eu tive de entrar na Justiça.

Para mudar meu nome sem mudar meu sexo, eu tive que entrar na Justiça. E hoje eu estou na Justiça, com mandado de segurança contra uma universidade do Estado do Ceará que não está respeitando o meu direito de concorrer a um cargo de professora da Universidade. E já passei também por essa situação, em outro momento, em Mossoró, no Rio Grande do Norte: uma pessoa da banca era evangélica e me desclassificou.



Então, todos os dias nós lutamos contra o preconceito, nós batalhamos, entramos na Justiça e não podemos cansar.

Quero deixar um recado para o Dr. Djalma, que está analisando o meu caso: olhe-o com carinho. Eu também sou gente, tenho capacidade e vou estar na URCA ou em outra universidade mostrando meu conhecimento, mostrando minha capacidade e instruindo as pessoas a amarem e respeitarem as outras. *(Palmas.)*

Eu queria, por fim, agradecer à UFC; à CREDE 10, da Secretaria de Educação do Estado do Ceará; ao CNPq, ao qual eu não posso deixar de agradecer; à minha família e ao meu grande amor, Wellington. *(Palmas.)*

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Chegou o momento de fazermos uma homenagem especial a dois grandes Parlamentares. O primeiro deles, à minha esquerda, é o Deputado Carlos Abicalil, e o segundo, à minha direita, o Deputado Iran Barbosa.

Quem vai entregar aos dois os prêmios pelo brilhante trabalho de aliados do movimento LGBT e dos direitos humanos de forma geral é Keila Simpson, Vice-Presidenta da ABGLT. *(Palmas. Pausa.)*

Eu queria que Ígor, Presidente do CEPAC, viesse aqui entregar o outro prêmio, por favor. Cadê Ígor?

**O SR. DEPUTADO IRAN BARBOSA** - Olha, como eu já falei muito, quero apenas, muito rapidamente, agradecer esse reconhecimento, que me serve de estímulo.

Eu não me constituí homem público tendo mandato. Aprendi que ter mandato ajuda, porque abre horizontes na luta para fortalecer as pautas e as bandeiras que defendemos. Mandato é importante na medida em que nós o utilizamos para fortalecer aquilo em que acreditamos. Mas eu não me constituí homem público com mandato. Eu me constituí lutando no meu sindicato — eu sou professor —, lutando. Está aqui o colega Carlos Abicalil, que militou junto comigo na CNTE, a nossa Confederação. E foi nessa condição que passei a ser conhecido, reconhecido, respeitado no meu Estado e na minha cidade, Aracaju, onde fui Vereador e tive que enfrentar muita coisa, mas consegui aprovar políticas interessantes para esta área também.



Quero, então, agradecer muito o reconhecimento e dizer que, com ou sem mandato, a luta por aquilo em que acredito continua na escola e em todos os espaços que eu ocupar. Com certeza, nós vamos nos ver em vários outros eventos, organizando esta bonita luta colorida.

Esta é uma luta em nome do amor, e tudo o que é feito em nome do amor nós temos que abraçar com muita força, porque vale a pena.

Um abraço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL** - Amigas e amigos, eu fiz questão de descer porque é daqui, deste horizonte, que uma menção como esta, um troféu como este aponta para nós um antigo verso de um poema mineiro: *“Nada a temer, senão o correr da luta; nada a fazer, senão esquecer o medo”*. (*Palmas.*)

Um momento como este dá uma enorme saudade do futuro, porque é lá que o sol continua nascendo e é lá que vamos repetir, com Renato Russo: *“Quem acredita sempre alcança”*.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Jean Wyllys) - Eu quero chamar todos os premiados para fazer uma foto oficial das pessoas que foram contempladas.

Agradeço a presença de todos e encerro a reunião. Obrigado. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.